



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara – SP

Departamento de Economia

FERNANDO BEZZON

Objetivos de desenvolvimento sustentável: uma avaliação dos indicadores do Brasil



ARARAQUARA – SP

2017

FERNANDO BEZZON

Objetivos de desenvolvimento sustentável: uma avaliação dos indicadores do Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Conselho de Curso de
Ciências Econômicas, da Faculdade de
Ciências e Letras – Unesp/Araraquara,
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientadora: Profa. Dra. Luciana
Togeiro de Almeida**

ARARAQUARA – SP

2017

Bezzon, Fernando
Objetivos de desenvolvimento sustentável: uma
avaliação dos indicadores do Brasil / Fernando Bezzon
- 2017
73 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e
Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Profa. Dra. Luciana Togeiro de Almeida

1. Desenvolvimento. 2. Sustentabilidade. 3.
Indicadores. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Aos meus pais,

José Antonio e Marilsy, por estarem sempre ao meu lado, aceitando e apoiando minhas escolhas. Agradeço pelos ensinamentos que me passaram, os quais sempre influenciaram em minha conduta, nos meus valores morais e no meu caráter.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Dra. Luciana Togeiro de Almeida, pelos ensinamentos, profissionalismo, competência e paciência durante as aulas e orientação deste trabalho. Obrigado por tudo!

À professora Dra. Suzana Cristina Fernandes de Paiva, por ter aceitado fazer parte da Banca de Acompanhamento deste trabalho.

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

À Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – FCLAr.

A todos os professores do Departamento de Economia, pela convivência e contribuição à minha formação profissional durante as aulas do Curso de Ciências Econômicas.

“Toda reforma interior e toda mudança para melhor dependem exclusivamente da aplicação do nosso próprio esforço.”

Immanuel Kant

RESUMO

Este trabalho discorre sobre os ODS, uma iniciativa da ONU que deverá orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos 15 anos. Tem por objetivo conhecer esta iniciativa e fazer uma avaliação dos indicadores do Brasil. Conclui-se que o país tem melhorado em alguns índices como os que se referem a melhorias nas matrizes energéticas e à redução da pobreza. Por outro lado, verifica-se que está longe de alcançar muitas das metas propostas, principalmente em relação à promoção de justiça, à igualdade entre gêneros, à crise econômica e ao ajuste fiscal.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sustentabilidade. Indicadores.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ A CRIAÇÃO DOS ODS	8
3 ODS EM UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA.....	15
3.1 Metas de ODS	15
3.2 Indicadores de ODS.....	19
3.3 Resultados dos indicadores de ODS.....	21
3.3.1 Erradicação da Pobreza	22
3.3.2 Erradicação da Fome	23
3.3.3 Saúde de qualidade.....	24
3.3.4 Educação de qualidade.....	30
3.3.5 Igualdade de gênero.....	38
3.3.6 Água limpa e saneamento	41
3.3.7 Energias renováveis.....	44
3.3.8 Empregos dignos e crescimento econômico.....	47
3.3.9 Inovação e infraestrutura	50
3.3.10 Redução das desigualdades.....	53
3.3.11 Cidades e comunidades sustentáveis.....	56
3.3.12 Consumo responsável.....	57
3.3.13 Combate às mudanças climáticas.....	58
3.3.14 Vida debaixo da água	62
3.3.15 Vida sobre a terra	63
3.3.16 Paz e justiça.....	66
3.3.17 Parcerias pelas metas	68
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou uma iniciativa de combate à pobreza denominada Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) no ano de 2001. Eles fizeram uma diferença real na vida das pessoas, tirando milhões de pessoas da pobreza, empoderando mulheres e meninas, melhorando a saúde e bem-estar, e fornecendo vastas novas oportunidades para uma vida melhor (ONU BR, 2017b).

Já a agenda da ONU pós-2015 estabeleceu novos desafios de desenvolvimento, no intuito de alcançar um mundo de maior prosperidade, igualdade, liberdade, dignidade e paz. Nesse sentido, na Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012 no Rio de Janeiro, os governos concordaram com o estabelecimento de metas favoráveis ao desenvolvimento sustentável em substituição aos ODM, reunidas na nova iniciativa da ONU intitulada Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com implementação prevista a partir de 2015. Os ODS referem-se a um conjunto de metas para redução da pobreza, promoção social e proteção ao meio ambiente a serem alcançadas até 2030, e que deverão orientar os países na obtenção de resultados específicos, como, por exemplo, no acesso universal a energia sustentável e água limpa para todos.

Os ODS representam o mais abrangente esforço coletivo para melhorar a qualidade de vida e a resiliência das pessoas e do planeta Terra na história da humanidade. A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, para ser implementado por todos os Estados-membros da ONU como um caminho para o desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida das gerações atuais sem comprometer o direito das gerações futuras ao desenvolvimento.

Este trabalho tem como objetivos conhecer esta iniciativa da ONU, analisar o posicionamento do Brasil frente a ela e fazer uma avaliação dos indicadores do Brasil. Ele está estruturado em dois capítulos e uma conclusão, sendo que no primeiro capítulo são definidos e caracterizados os ODS, discutindo-se o seu surgimento e que controvérsias inicialmente alguns países apresentaram frente a esta iniciativa. Já o segundo capítulo trata das metas, indicadores e resultados para o caso brasileiro. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ A CRIAÇÃO DOS ODS

No dia 1º de janeiro de 2016, a *Agenda 2030* das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável entrou em vigor em todo o planeta. Esse documento contém 17 objetivos e 169 metas que deverão ser cumpridas pelos Estado-membros da ONU ao longo dos próximos 14 anos em substituição aos ODM cujo período de vigência se encerrou em 2015 (ONU BR, 2017a).

Os ODM se originaram em um contexto pós-Guerra Fria em discussões ocorridas na ONU e na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Durante o período da Guerra Fria os países que disputavam a hegemonia política e econômica mundial ajudavam os países em desenvolvimento com o objetivo de atraí-los para um dos dois lados. Na década de 80, a ajuda aos países pobres perdeu importância, pois acreditava-se que políticas liberais fossem suficientes para levar esses países ao desenvolvimento. Com o fim da Guerra Fria, em 1989, a realidade mudou (HULME, 2010 apud CARVALHO; BARCELLOS, 2014, p. 223), fazendo com que a União Europeia montasse um grupo de trabalho a fim de avaliar o futuro da ajuda ao desenvolvimento. Essas discussões levaram, em 1996, à elaboração do documento *Shaping the 21th Century: The Contribution of Development Cooperation* (CARVALHO; BARCELLOS, 2014) que fixava objetivos e metas em áreas como bem-estar econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental e regeneração (CARVALHO; BARCELLOS, 2014).

Nos anos 90, ganhou espaço a ideia de Amartya Sen de desenvolvimento como desenvolvimento de capacidades e houve a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo *United Nations Development Program* (UNDP) (CARVALHO; BARCELLOS, 2014).

Em 2000, o Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, lançou o documento *We the peoples: the Role of the United Nations in the 21th Century*, em que o tema era a erradicação da pobreza, o que representou uma mudança de foco, fazendo com que desenvolvimento fosse visto como sinônimo de diminuição da pobreza (HULME, 2007 apud CARVALHO; BARCELLOS, 2014, p. 224).

Ainda em 2000 realizou-se a Cúpula do Milênio, onde foi aprovada a *Declaração do Milênio* que serviu de base para os ODM. Como seu desdobramento, os ODM foram aprovados na 56ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2001 (CARVALHO; BARCELLOS, 2014).

Quanto a seus aspectos práticos, os ODM compreendiam oito objetivos ao todo (CARVALHO; BARCELLOS, 2014, p. 225):

- 1) Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- 2) Universalizar a educação primária;
- 3) Promover a igualdade entre os sexos e empoderar as mulheres;
- 4) Reduzir a mortalidade de crianças;
- 5) Melhorar a saúde materna;
- 6) Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças;
- 7) Garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O arcabouço dos ODM foi muito importante, pois se “[...] definiu pela primeira vez um conjunto integrado de metas quantitativas com prazos especificados numa tentativa de dar sentido operacional para algumas das dimensões básicas do desenvolvimento humano” (UN, 2012 apud CARVALHO; BARCELLOS, 2014, p. 225).

Carvalho e Barcellos (2014) enfatizam que os ODS não estariam em pauta se os ODM fossem considerados uma experiência fracassada. Os autores entendem que não há dúvida que os ODM foram um sucesso do ponto de vista político, em especial para a ONU que alcançou uma projeção na área social que nunca havia tido antes. No entanto, sustentam a ideia de que sua proposta de alcançar um conjunto de metas de desenvolvimento humano até 2015 fracassou, apesar de todos os esforços.

Em 2014, na divulgação do relatório *O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta*, o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, declarou que: “As nações do mundo têm uma oportunidade histórica e o dever de agir vigorosamente para tornar a dignidade, para todos, uma realidade, sem deixar ninguém para trás” (ALVES, 2015).

Em 2015 acabou o prazo definido pelos ODM pela Assembleia da ONU. Desta forma, tornaram-se necessários novos indicadores e novas metas para a agenda global ao enfrentamento da pobreza, das desigualdades e da crise ambiental. Surgiu, então, na Rio+20, o novo conceito que tenta articular as questões sociais, econômicas e ambientais, os ODS (PIETRICOVSKY, 2014).

Alves (2015) discorre sobre os ODS - sua formulação e objetivos. O documento, que começou a ser elaborado a partir da deliberação da Rio+20, contou com o apoio e com a colaboração de governos, de empresários, de todo o Sistema ONU e de milhares de pessoas ao redor do mundo, por meio de consultas presenciais e online. Os ODS

compreendem 17 objetivos e 169 metas sobre questões de desenvolvimento sustentável. São eles:

- ODS1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- ODS2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável;
- ODS3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- ODS4. Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos;
- ODS5. Alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- ODS6. Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos;
- ODS7. Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos;
- ODS8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;
- ODS9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação;
- ODS10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles;
- ODS11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- ODS12. Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis;
- ODS13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
- ODS14. Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- ODS15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, bem como deter e reverter a degradação do solo e a perda de biodiversidade;
- ODS16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- ODS17. Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Alves (2015): “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) só serão viáveis se houver decrescimento demo-econômico. Acreditar no contrário é fomentar uma ilusão que pode custar muito caro em futuro não muito distante.” Tal decrescimento não deve ser pensado apenas como o oposto do crescimento, pois seria problemático um decrescimento imediato e desorganizado. Isto levaria a uma depressão, com o consequente

aumento do desemprego. Além disto, decrescimento econômico com continuidade do processo de degradação ambiental não resolve os problemas da saúde do Planeta. O decrescimento deve ser planejado no longo prazo, pois, no curto e médio prazo, o que pode ser feito é decrescimento do ritmo de crescimento. Países ricos já podem reduzir as taxas de crescimento, mas países muito pobres ainda precisam crescer, especialmente porque possuem populações com altas taxas de dependência de jovens e elevado ritmo de aumento demográfico. Sendo assim, alguns países precisam crescer, enquanto o mundo deve avançar na eliminação da pobreza e exclusão social, por meio da redução das desigualdades nacionais e internacionais de renda e patrimônio (ALVES, 2013). Por fim, o que deve ser buscado é um desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (PESSINI, 2015).

Para Pietricovsky (2014), um dos principais desafios que permeia a elaboração dos ODS e a construção da Agenda Pós-2015 diz respeito ao enfraquecimento do poder público, seja nacionalmente, seja no marco do multilateralismo. Uma das expressões desse enfraquecimento é a proposta de Parcerias Público/Privada (PPP). Tal proposta carrega uma visão estrita de crescimento econômico e soluções baseadas no mercado para o tema do desenvolvimento sustentável, despolitizando as causas da pobreza, do desequilíbrio ambiental e da crise climática. Além do mais, as PPPs abrem caminho para negócios das indústrias extrativistas, de tecnologia de ponta, do setor químico, farmacêutica e de alimentação e bebidas, que detêm poder no cenário global. Essas empresas não atuam em favor do desenvolvimento sustentável, não buscam a sustentabilidade no curto prazo e a sobrevivência do Planeta no longo prazo, ao contrário, são contra o mesmo, pois visam ao lucro. O poder de mediação do Estado fica prejudicado e sua legitimidade atacada, tendo o campo dos direitos enormes prejuízos, pois reside no Estado o poder e a legitimidade para que esses direitos sejam efetivados na vida dos cidadãos. A autora concorda com Pinget (2014 apud PIETRICOVSKY, 2014) ao afirmar que o processo de formulação dos ODS está crivado de problemas, a saber:

- 1) Do ponto de vista do processo de participação foi um tiro no pé, na medida em que, abriu para a participação formalmente, mas efetivamente quando se fechou o texto final das organizações da sociedade civil e movimentos sociais que participaram não tiveram direito de estarem presentes. É fundamental pensar a participação como um direito humano e desta forma, reformatar os mecanismos de tomada de decisão;

- 2) Os ODS não preenchem plenamente o objetivo de proteger e realizar os direitos humanos para todos e todas. Olhando na perspectiva do Ciclo Social das Nações Unidas e os Direitos Humanos, estamos caminhando a largo passo para a redução do que foi conquistado. A necessidade de reduzir custos e uma visão conservadora vem corroborando para este retrocesso;
- 3) Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres ainda não são suficientes. Continuam não escutando as demandas do movimento de mulheres global nas suas reivindicações;
- 4) A concentração de poder e riqueza entre países e internamente aos países, que produzem pobreza e desigualdades não estão sendo atacados suficientemente e a agenda não tem metas claras para reverter esse quadro;
- 5) Falta real reconhecimento das mulheres rurais, povos da floresta, povos indígenas, pescadores que são grupos chaves para soluções de manejo de recursos naturais;
- 6) A Tecnologia está toda concentrada no comércio e no do setor privado. Precisamos pensar a tecnologia com a ideia de acesso livre e equitativo e acabar com as barreiras de proteção dos direitos de propriedade intelectual;
- 7) As questões de financiamento ainda estão obscuras e não existe concretamente nenhuma proposta que mostre a entrada de dinheiro novo para que se iniciem programas e projetos que visem a efetivação dos Objetivos;
- 8) Os países ricos acabaram vitoriosos em se livrar da responsabilidade maior na resolução dos desequilíbrios ambientais e climáticos. Ainda que se encontre o conceito de CBDR, a realidade é que as responsabilidades acabaram recaindo sobre os países em desenvolvimento e pobres na mesma trilha do que ocorreu com os malfadados Objetivos do Milênio. O que define, em última instância, é quem tem poder de se impor, não importa os compromissos assumidos no âmbito multilateral. Temos uma crise de governança séria;
- 9) Outro aspecto fundamental é que os Orçamentos dos países não estão construídos para implementarem as ODS, ou seja, os orçamentos não são sustentáveis e nem objetivam metas de desenvolvimento sustentáveis. Também as estruturas tributárias, em grande parte dos países são injustas e priorizam o interesse do capital flexibilizando, reduzindo impostos e mantendo mecanismos de livre fuga de capital, além dos paraísos fiscais;
- 10) Por fim, mais uma vez, olhando na perspectiva dos direitos humanos, as ODS caem na mesma armadilha das ODM, reduzem o marco dos direitos humanos, que deveriam ser os princípios norteadores de qualquer política pública socioambiental, pois o exercício deveria ser ao revés, quais são os direitos e como eu os realizo. O que temos hoje é o direito de poucos donos do capital em detrimento do mundo político, social e cultural e toda a sustentabilidade do Planeta.

Durante este processo de formulação, o Brasil não considerou apropriada a inclusão, no contexto dos ODS, de temas que não foram objeto de devida discussão e consenso na Rio+20. A inclusão de temas alheios ao seu arcabouço, como questões relativas à segurança doméstica e internacional, implicaria a dispersão dos esforços internacionais e da missão efetivamente acordada para os ODS e a Agenda Pós-2015, no sentido de erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável (NEGOCIAÇÕES..., 2014).

Neste sentido, Schreiber (2014), ao comentar a posição do Brasil em relação aos ODS, destaca que o país liderou a oposição a um objetivo relacionado à governança, justiça e paz e contou com o apoio de boa parte dos países em desenvolvimento (PEDs), dentre eles, a Rússia.

Do outro lado, defendendo a inclusão deste objetivo, houve um bloco formado, principalmente, por países ricos como as nações da Europa Ocidental, Estados Unidos, Japão e Austrália. Esses temas compõem o 16º objetivo, que estabelece metas como: a redução dos homicídios e do tráfico de armas; garantia de acesso à justiça e liberdade de expressão; e ampliação da transparência governamental. A explicação para a posição brasileira e de outros PEDs é que a adoção de "objetivos independentes sobre governança poderia tirar o foco dos esforços centrais que os ODS devem promover - em particular, a erradicação da pobreza" (SCHREIBER, 2014). Em suma, o Brasil e os países em desenvolvimento de modo geral defenderam que os ODS deveriam ser voltados aos grandes desafios para o desenvolvimento sustentável, nos campos econômico, social e ambiental (SCHREIBER, 2014).

Por outro lado, diversas organizações da sociedade civil se mobilizaram em reação à posição do Brasil. Elas contestaram que essa fosse uma “agenda” dos países ricos e lembraram que mesmo em nações como Estados Unidos e Reino Unido há problemas, como o acesso limitado dos mais pobres à justiça. Além disso, países pobres marcados por intensos conflitos também defenderam a importância desses temas. Em um documento conjunto, os 54 países africanos defenderam que paz e segurança deveriam ser um dos seis pilares das negociações, dando a entender que o continente ficaria contra a posição do Brasil caso ela predominasse entre as nações em desenvolvimento (SCHREIBER, 2014).

Então, o Brasil, reconhecendo a importância da paz e da governança para o desenvolvimento sustentável, propôs que algumas metas relacionadas e essas questões

fossem incluídas dentro de outros objetivos, como os que tratam de redução da desigualdade e promoção da educação (SCHREIBER, 2014).

Haveria ainda um receio do Brasil de que a adoção de um ODS específico para questões relacionadas à paz daria um papel central ao Conselho de Segurança da ONU dentro do processo de implementação dos objetivos – e este órgão, que reúne as grandes potências militares, não é considerado democrático por muitos por não refletir a geopolítica atual em sua representação (SCHREIBER, 2014).

Outra preocupação explicitada pelo país nas negociações era que ações internacionais de redução à pobreza ficassem condicionadas a questões de segurança (SCHREIBER, 2014).

Finalmente, a posição do Brasil também pode ter refletido um temor de intervenções externas em assuntos delicados internamente, como os altos índices de violência (SCHREIBER, 2014).

3 ODS EM UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA

No documento *Negociações da agenda de desenvolvimento pós-2015: elementos orientadores da posição brasileira* (NEGOCIAÇÕES..., 2014, p. 7), “o Brasil considera que a erradicação da pobreza, em todas as suas manifestações, deve constar como primeira prioridade nas iniciativas para o desenvolvimento sustentável.” Para isso, defende “que políticas de caráter universal devam ser associadas a políticas de caráter transversal voltadas para as necessidades específicas de grupos em situação de vulnerabilidade.”

3.1 Metas de ODS

A seguir encontram-se os principais elementos orientadores da posição brasileira:

Até 2030, erradicar, em todos os estágios de vida, a pobreza extrema, medida pelo número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 PPP por dia.

Atingir emprego decente e produtivo para todos, com foco nas populações mais vulneráveis, observando questões de gênero, idade, raça, etnia, religião, orientação sexual e identidade de gênero, ou condição de deficiência, entre outros.

Promover o crescimento econômico sustentável e inclusivo, como facilitador da erradicação da pobreza.

Integrar a proteção ambiental nas estratégias de erradicação da pobreza, com garantias à proteção do modo de vida das populações tradicionais.

Desenvolver, fortalecer e implementar estratégias eficazes que visem à redução das desigualdades, contemplando as necessidades de mulheres, crianças, povos indígenas e comunidades tradicionais, adolescentes e jovens, idosos, pessoas desempregadas, pessoas com deficiência, população LGBT e afrodescendentes, bem como de outros grupos vulneráveis e marginalizados, tanto nas áreas urbanas quanto rurais.

Combater e eliminar todas as formas de discriminação e violência contra todas as mulheres e meninas, incluindo a violência intrafamiliar, o tráfico de mulheres e o feminicídio.

Até 2030, eliminar a desigualdade de salários entre homens e mulheres que ocupam posições de trabalho iguais.

Assegurar acesso igualitário à educação de qualidade e eliminar diferenças de gênero em todos os níveis de educação e capacitação.

Erradicar a desnutrição infantil.

Até 2030, reduzir em 50% o desperdício alimentar global, tanto na produção quanto no consumo.

Apoiar e fomentar a produção agrícola de baixa emissão de carbono assim como o extrativismo sustentável de base agroecológica e baixa emissão de carbono.

Garantir a segurança alimentar e nutricional, por meio de políticas públicas intersetoriais de promoção do direito humano à alimentação adequada, no entendimento de que esta é crucial para o alcance da meta de erradicação da pobreza.

Promover sistemas universais de saúde equitativos, abrangentes e de qualidade, com base nos princípios da universalidade, da integralidade, da acessibilidade e da equidade, com financiamento adequado.

Reduzir a mortalidade materno-infantil, buscando o fim de mortes evitáveis maternas, de recém-nascidos e crianças, ademais da redução das morbidades infantil e materna, considerando as iniquidades de renda, raciais e regionais.

Aumentar a expectativa de vida saudável, levando em conta as diferentes necessidades de grupos vulneráveis, especialmente no que se refere a especificidades de gênero, idade, raça, etnia, religião, orientação sexual e identidade de gênero, ou condição de deficiência, entre outros.

Intensificar a prevenção do uso excessivo de álcool e de outras drogas, incluindo substâncias psicoativas.

Fomentar projetos de pesquisa científica e tecnológica, visando à produção de conhecimento para a efetivação do direito universal à saúde.

Assegurar o acesso das pessoas com deficiência e das pessoas idosas aos serviços de atendimento à saúde, incluídos os serviços de cuidados primários e especializados, realizando investimentos nesses serviços e melhorando sua acessibilidade.

Superar as desigualdades educacionais e ampliar a acessibilidade, a inclusão e a garantia de qualidade da educação, em especial da educação básica.

Valorizar os profissionais de educação e difundir os princípios da equidade e do respeito à diversidade.

Ampliar o acesso e valorizar o ensino profissionalizante, buscando incentivar a melhoria e expansão do ensino técnico e de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Ampliar a cobertura de atendimento em creches e de escolas em período integral.

Alcançar indicadores elevados de formação completa e de resultados eficazes de aprendizagem em todos os níveis de educação.

Ampliar o capital humano capacitado para atender às demandas por pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável.

Reconhecer, preservar e garantir a diversidade cultural como um motor do desenvolvimento sustentável, especialmente no que diz respeito às várias formas de conhecimento, tecnologias e práticas culturais tradicionais, e sua atuação nos territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais.

Formar e fortalecer redes para difusão da cultura popular.

Estabelecer programas e linhas de fomento e incentivo à cultura especificamente voltados para as mulheres, jovens, afrodescendentes, indígenas, quilombolas, pessoas LGBT, pessoas com deficiência e imigrantes, explicitando a importância da cultura para a coesão social em geral e reconhecendo seu papel e sua contribuição para o campo cultural.

Promover a institucionalização da política de desenvolvimento urbano e de seus instrumentos (planejamento, fiscalização, regulação, controle social e participação), aumentando as capacidades dos governos locais e regionais para promoção do planejamento urbano sustentável e da gestão territorial integrada.

Inspirar modos de vida e padrões de consumo sustentáveis nas cidades, tornando mais eficiente o consumo de recursos por unidade industrial, comercial, governamental e residencial.

Formular e implementar políticas de mobilidade urbana sustentável, por meio da ampliação da participação do transporte público coletivo seguro e eficiente e do transporte não-motorizado.

Eliminar os lixões e aterros controlados, com inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis, e promover a disposição ambientalmente adequada de 100% dos rejeitos até o ano 2030.

Desenvolver infraestrutura urbana de qualidade, confiável, sustentável e resiliente para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Até 2030, garantir a todos o acesso universal, a preços acessíveis, à água potável e segura, ao saneamento adequado e à higiene.

Promover tecnologias que aproveitem de forma racional e eficiente o potencial de ganho econômico, social e ambiental dos processos de reciclagem de resíduos sólidos urbanos e eletrodomésticos ou de sistemas de tratamento de esgoto e de efluentes.

Desenvolver infraestrutura de águas e saneamento confiável, sustentável e resiliente, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

Até 2030, assegurar o acesso universal, a preços acessíveis, a serviços de energia seguros, modernos e sustentáveis.

Até 2030, dobrar a participação de energias renováveis na matriz energética mundial.

Promover o suprimento energético eficiente, seguro e de qualidade, que contribua ao crescimento econômico, à redução da pobreza e à inclusão social.

Enfatizar que o combate à mudança do clima é essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a erradicação da pobreza.

Apoiar a transferência de tecnologia para processos de soluções de baixo carbono em infraestrutura e na indústria.

Fortalecer as instituições e os mecanismos de apoio à produção industrial, atualização tecnológica e agregação de valor.

Apoiar a inovação nas empresas, com vistas à criação e à incorporação de tecnologias de produção sustentável.

Apoiar o desenvolvimento de infraestrutura de qualidade, confiável, com acessibilidade, sustentável e resiliente para os setores de transporte, energia, água e comunicações, sobretudo nos países em desenvolvimento, com foco nos grupos mais vulneráveis.

Promover o crescimento econômico sustentável e inclusivo e a estabilidade macroeconômica e financeira.

Até 2030, atingir emprego decente e produtivo para todos, incluindo os jovens, os afrodescendentes, as mulheres, as pessoas com deficiência e os migrantes, respeitando padrões mínimos de remuneração.

Até 2020, reduzir pela metade a proporção de jovens que não trabalham nem estudam.

Apoiar o microempreendedor individual e as micro e pequenas empresas, incluindo o jovem empreendedor, e criar condições que permitam o aumento da produtividade das empresas de micro, pequeno e médio porte (PME).

Promover o fortalecimento e expansão do cooperativismo e das demais iniciativas econômicas baseadas nos princípios da economia social e solidária de cooperação, autogestão, solidariedade e sustentabilidade.

Até 2030, erradicar o trabalho em condições análogas à escravidão.

Fomentar o desenvolvimento econômico com equidade e sustentabilidade, promover o investimento e a geração de emprego, o empreendedorismo e as iniciativas econômicas solidárias em todos os setores, a fim de propiciar a distribuição da renda, com critérios inclusivos.

Implementar políticas que promovam a formalização de atividades do setor informal.

Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais, e fortalecer a implementação de tais regulamentações.

Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.

Promover padrões sustentáveis de produção e consumo reconhecidos como objetivo geral e exigência central para o desenvolvimento sustentável.

Apoiar novos mercados e oportunidades em produtos sustentáveis, especialmente em países em desenvolvimento, fortalecendo as iniciativas de comércio justo e solidário.

Até 2030, criar mecanismos de incentivo ao consumo responsável de produtos e serviços sustentáveis, não poluentes e de menor impacto ambiental e promover avaliação e redirecionamento de padrões de consumo insustentáveis.

Promover a implementação de agendas de sustentabilidade na administração pública que contemplem, no mínimo: redução de 30% o consumo de energia; redução de 40% no consumo de água; e 100% de destinação adequada dos resíduos sólidos até 2020, considerando como limite máximo de redução o obtido pelo país referência em eficiência socioambiental na administração pública.

Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais para elevar o bem-estar humano dentro das capacidades dos ecossistemas.

Conter, até 2020, a perda de toda biodiversidade, incluindo habitats, e proteger espécies ameaçadas.

Assegurar, até 2020, a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas, inclusive por meio da restauração de ecossistemas críticos degradados.

Assegurar a inclusão dos povos indígenas e das comunidades locais nos processos decisórios e promover seus conhecimentos tradicionais.

Minimizar a pressão antropogênica sobre os oceanos e a biodiversidade marinha.

Até 2030, regular a pesca para restabelecer níveis ecologicamente seguros de estoques pesqueiros que possam produzir rendimentos sustentáveis e eliminar, até 2030, subsídios à pesca que contribuam à sobrecapacidade e à sobrepesca, assegurando tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento.

Apoiar a pesca e a aquicultura sustentáveis de pequena escala e artesanal.

Eliminar, até 2020, a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas pesqueiras destrutivas.

Reduzir significativamente todas as formas de violência e as mortes relacionadas à violência.

Promover a participação social e assegurar o acesso público à informação, protegendo as liberdades fundamentais.

Combater a corrupção e a sonegação fiscal em todas as suas formas, e promover instituições transparentes, responsáveis e eficazes, melhorando a transparência da gestão das finanças públicas.

Melhorar as políticas de migração, garantindo pleno respeito aos direitos humanos dos trabalhadores migrantes estabelecidos em normas internacionais de direitos humanos e do trabalho.

Assegurar a liberdade de imprensa, de associação e de expressão, bem como o direito à privacidade.

Promover o acesso democrático às tecnologias para soluções sustentáveis em ambiente colaborativo de informação e comunicação.

Fortalecer mecanismos nacionais e internacionais que promovam a participação da sociedade civil.

Reduzir as distorções no comércio internacional, incluindo a eliminação progressiva de todas as formas de subsídios à exportação de produtos agrícolas.

Construir capacidades relacionadas a ciência, tecnologia e inovação nos países em desenvolvimento, sobretudo para promover o desenvolvimento e a adaptação de tecnologias limpas e ambientalmente corretas.

Proporcionar apoio financeiro e técnico aos países de menor desenvolvimento relativo, para construir infraestruturas urbanas, incluindo telecomunicações, saneamento básico, tratamento de esgoto, reciclagem e outros serviços básicos.

Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas, privadas, e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias. (NEGOCIAÇÕES..., 2014, p.14-5).

3.2 Indicadores de ODS

Sendo uma agenda ambiciosa, a definição dos indicadores foi estratégica. O Grupo Interagencial de Especialistas sobre os Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável (IAEG-SDGs), integrado por 28 Estados-membros e por órgãos regionais e internacionais como observadores foi o responsável pelo desenvolvimento do arcabouço de indicadores para os ODS em nível global. O grupo preparou um conjunto detalhado de indicadores globais de desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, ambiental e social (ONU BR, 2016).

Assim, para medir como as 17 metas estão sendo atingidas pelos países até 2030 foram definidos 231 indicadores globais, que podem ser adaptados às realidades de cada país. Cada indicador é flexível para se adaptar ao longo do tempo, considerando as particularidades locais. A partir dos indicadores será possível avaliar a evolução nacional, regional e mundial dos fenômenos ambientais, sociais e econômicos (PORTAL BRASIL, 2016).

No Brasil, em 2014, representantes do governo federal e de entidades das Nações Unidas uniram-se para elaborar e apresentar subsídios sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015. Formaram-se 16 grupos temáticos, que apontaram os indicadores nacionais existentes com possível potencial para acompanhamento de metas dos ODS no país. Em setembro de 2015, o trabalho resultou na publicação *Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: subsídios iniciais do sistema das Nações Unidas no Brasil*

sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A publicação foi a primeira contribuição do Brasil para a implementação, acompanhamento e revisão da Agenda 2030 no âmbito nacional (PNUD, 2016).

3.3 Resultados dos indicadores de ODS

Em fevereiro de 2016, o PNUD lançou o Portfólio dos projetos do PNUD Brasil à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 65 projetos foram mapeados de acordo com os Objetivos Globais em que atuam diretamente.

O PNUD (2016) também promoveu a aproximação com governos estaduais. São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Pará, Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba, Bahia e Paraná são exemplos de estados que já adotaram internamente a Agenda 2030 ou estão em fase de preparação para o alinhamento das políticas públicas com os ODS.

O governo federal criou, por meio de decreto, a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Com a participação de representantes dos governos municipais, estaduais e federal, bem como da sociedade civil, a Comissão trabalhará para propor estratégias, instrumentos, ações e programas para a implementação dos ODS, além de fazer o acompanhamento e o monitoramento dos Objetivos Globais, por meio de relatórios periódicos (PNUD, 2016).

No âmbito Legislativo foi criada a Frente Parlamentar dos ODS, composta por 211 parlamentares. O foco será aprimorar a legislação para a implementação e acompanhamento dos Objetivos Globais (PNUD, 2016).

Outro órgão que tem valorizado a importância do monitoramento da Agenda 2030 no Brasil é o Tribunal de Contas da União. Os ODS foram adotados como indicadores para auditorias temáticas feitas pelo tribunal (PNUD, 2016).

A fim de promover uma aproximação com o setor privado, o PNUD (2016) apresentou a Agenda 2030 para investidores e empresas que atuam diretamente com negócios de impacto social. Estudo divulgado pela Rede Brasil do Pacto Global, porta-voz da Agenda 2030 para o setor privado brasileiro, revelou que, das 800 empresas signatárias da organização, 41% delas já desenvolvem iniciativas em linha com a Agenda 2030, e 35% estão em fase de planejamento para adequar as operações com a nova agenda de desenvolvimento sustentável.

No âmbito local, o Movimento Nós Podemos Paraná, estruturado desde 2006 pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, registra mais de cem empresas que assinaram o termo de adesão em prol dos 17 objetivos (ARRUDA FILHO, 2017).

O governo também se mobilizou em algumas iniciativas. O movimento Nordeste 2030 – Desafios e Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável traçou alguns desafios para a implantação da Agenda na região: quer discutir políticas para o fortalecimento de instituições públicas, construir uma visão de longo prazo, promover a competitividade regional e superar os principais desafios (ARRUDA FILHO, 2017).

Seguem indicadores para cada uma das metas de ODS para uma avaliação da situação brasileira.

3.3.1 Erradicação da Pobreza

Desde os ODM o Brasil tem sido pioneiro nas políticas de redução da pobreza e da desigualdade, reduzindo a pobreza extrema e a fome não apenas pela metade ou a um quarto, mas a menos de um sétimo do nível de 1990, passando de 25,5% para 3,5% em 2012 (THE GLOBAL GOALS, 2017). A meta de redução da pobreza à metade do nível de 1990 foi alcançada tanto considerando a linha internacional de US\$ PPC 1,25/dia quanto considerando a linha nacional de R\$ 70,00 mensais. A redução da pobreza extrema desde 1990 foi em grande parte promovida pelo aumento da renda média, mas também houve redução da desigualdade, com aumento da fração da renda que cabe aos 20% mais pobres e melhoria dos indicadores de trabalho do ODM 1, com aumento da produtividade, da formalização, virtual erradicação da pobreza extrema entre os trabalhadores e redução da parcela da força de trabalho em ocupações potencialmente precárias (BRASIL, 2014 apud PROGRAMA..., 2015, p. 27). Isto significa que o país, considerando os indicadores escolhidos pela ONU para monitoramento do ODM 1, alcançou tanto as metas internacionais quanto as nacionais.

Outro aspecto que houve mudanças foi a relação entre analfabetismo e extrema pobreza. Em 1990, a chance de uma família liderada por um analfabeto estar em situação de pobreza extrema era 144 vezes maior que a de uma família liderada por alguém com curso superior. Essa razão diminuiu em 2012 e passou a ser de apenas 11:1 (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Já as ações do Programa Brasil Sem Miséria ajudaram cerca de 22 milhões de pessoas a se manterem fora da extrema pobreza. E a estratégia ainda diminuiu a pobreza multidimensional de 8,3% da população, em 2002, para 1,1%, em 2013 (PORTAL BRASIL, 2016).

3.3.2 Erradicação da Fome

Este objetivo é amplamente estrutural para a Agenda Pós-2015. Avançando em complexidade e profundidade, o objetivo de acabar com a fome está também vinculado à segurança alimentar e à melhoria da nutrição, bem como a um dos maiores desafios deste século: a agricultura sustentável. Os indicadores refletem os inúmeros desafios postos para o equilíbrio entre garantia de acesso a alimentos e nutrição, aumento da produção e sustentabilidade, monitorando ainda temas transversais como gênero, raça e etnia, para que as tradições culturais sejam respeitadas e fortalecidas (PROGRAMA..., 2015).

Associado a este ODS, pode ser elencado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003. Ele trabalha em duas frentes: na redução da fome e no incentivo à agricultura familiar. O programa

Compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. Além disso, contribui para a formação de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e fortalece circuitos locais e regionais de comercialização, valorizando a produção orgânica e agroecológica, em organizações cooperativistas ou associativistas. (THE GLOBAL GOALS, 2017)

Para aumentar a produtividade de pequenos produtores rurais, há o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e aos assentados da reforma agrária. O apoio financeiro é oferecido a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Outra ação do Pronaf é o Garantia-Safra, voltado principalmente para agricultores que sofrem perda de safra pela seca ou excesso de chuvas. Para participar, é necessário que, anualmente, estados, municípios e agricultores façam adesão ao programa (THE GLOBAL GOALS, 2017).

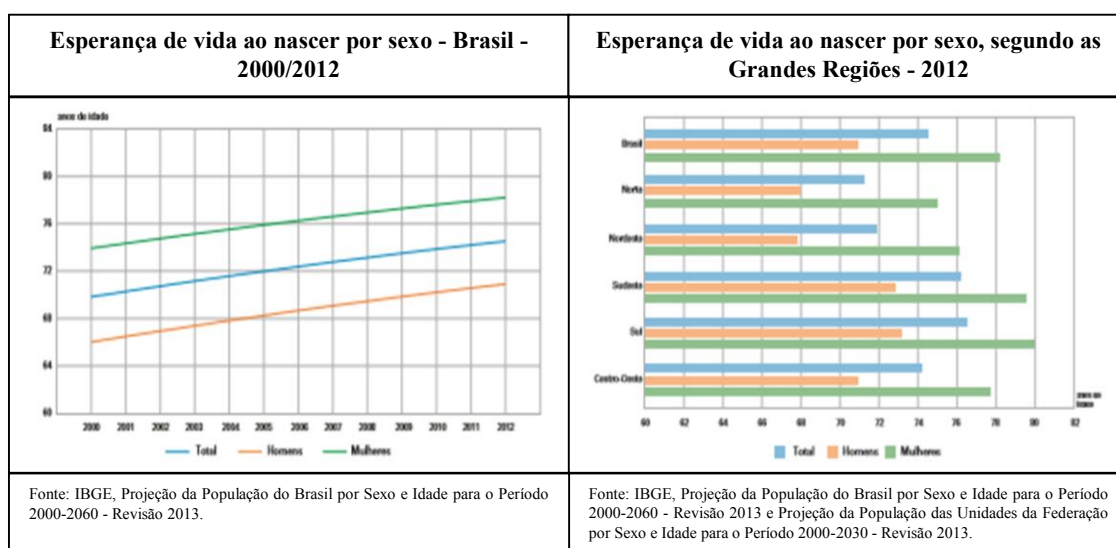
Já a pesquisa científica para melhoria da produtividade e menos impactos ambientais tem na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) uma referência. A Empresa atua ainda buscando formas de produzir menos agressivas e realizando eventos e ações de transferência de tecnologia em todo o território nacional (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Desse modo, na meta de redução da fome, o país alcançou, em 2014, a redução em 82% do número de subalimentados no país, o que tirou o Brasil do Mapa Mundial da Fome, segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) (PORTAL BRASIL, 2016).

3.3.3 Saúde de qualidade

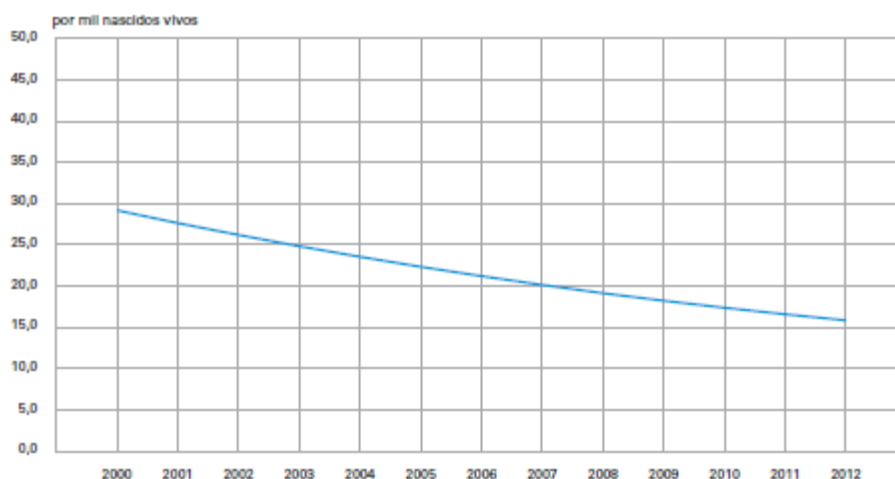
A diversidade de informações e indicadores de saúde que o Brasil possui e são monitorados periodicamente por meio de seus sistemas de informação, censos ou pesquisas nacionais, permite ao país maior chance de sucesso no acompanhamento e alcance das metas estabelecidas. Dentre os indicadores nacionais, estabelecidos no documento *Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (PROGRAMA..., 2015), foram escolhidos os seguintes para a avaliação da saúde:

Gráfico 1 – Esperança de vida ao nascer

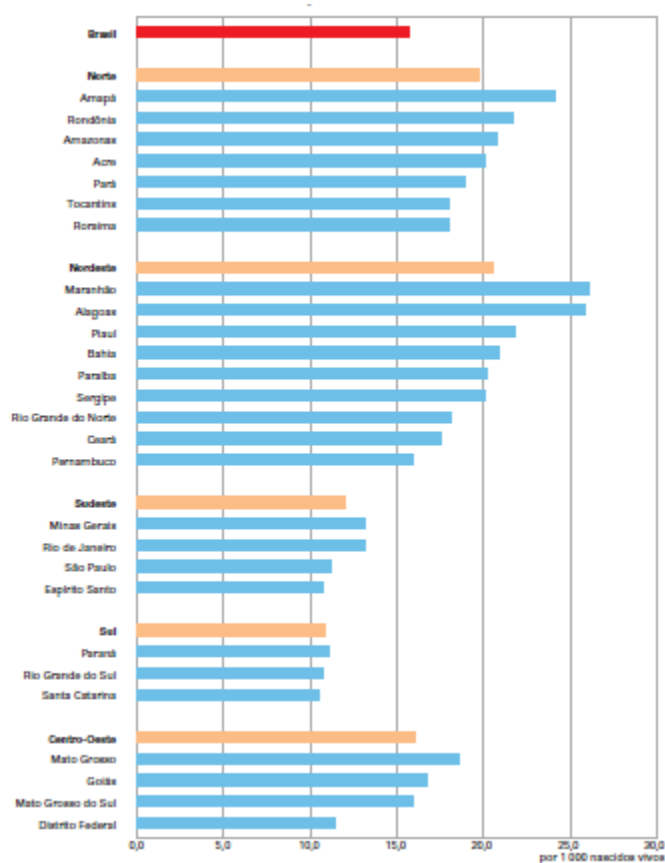


Fonte: IBGE, 2015.

O gráfico 1 mostra um aumento da esperança de vida ao longo do tempo em todas as regiões brasileiras, principalmente para as mulheres.

Gráfico 2 - Taxa de mortalidade infantil - Brasil - 2000-2012

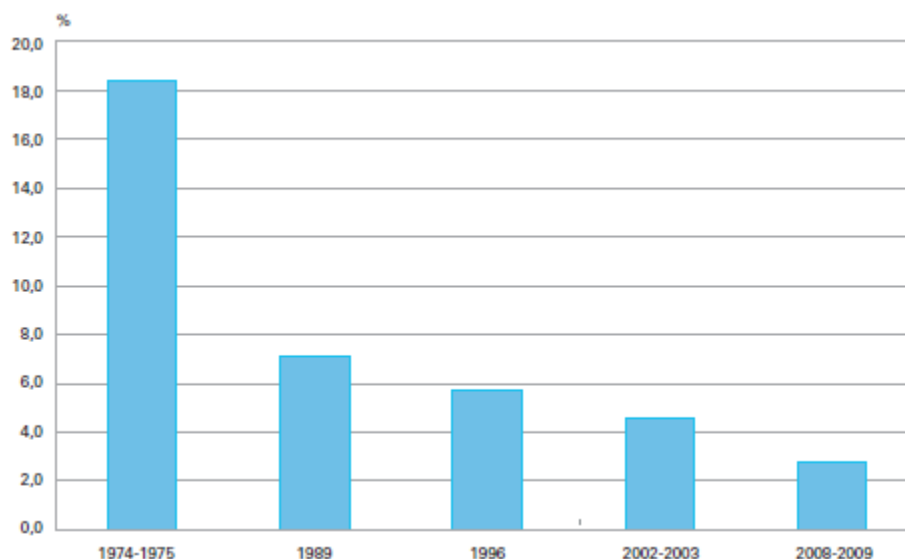
Fonte: IBGE, 2015.

Gráfico 3 - Taxa de mortalidade infantil, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2012

Fonte: IBGE, 2015.

Em contraposição à esperança de vida, que vem aumentando, a taxa de mortalidade infantil vem caindo consideravelmente ao longo dos mesmos anos, sendo, no entanto, mais preocupante nas regiões Norte e Nordeste (gráficos 2 e 3).

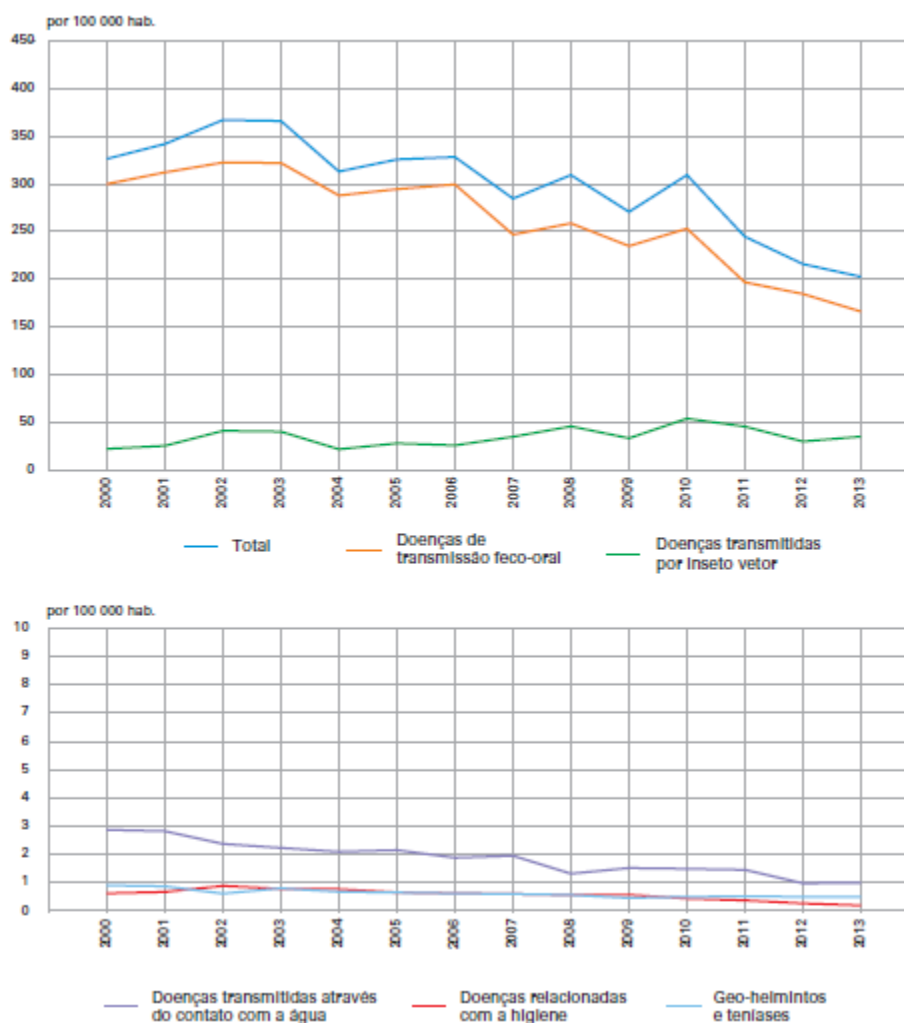
Gráfico 4 - Prevalência de desnutrição total em crianças menores de 5 anos de idade Brasil - 1974/2009



1. IBGE, Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975, Pesquisa sobre padrões de vida 1996-1997 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003/2008-2009.
 2. INAN em convênio com o IPEA e o IBGE, Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição.
 3. Bemfam, Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde.
- Fonte: IBGE, 2015.

Já a prevalência de desnutrição total em crianças menores de 5 anos (gráfico 4) vem caindo drasticamente ao longo dos anos, o que reflete o sucesso de políticas voltadas para este problema.

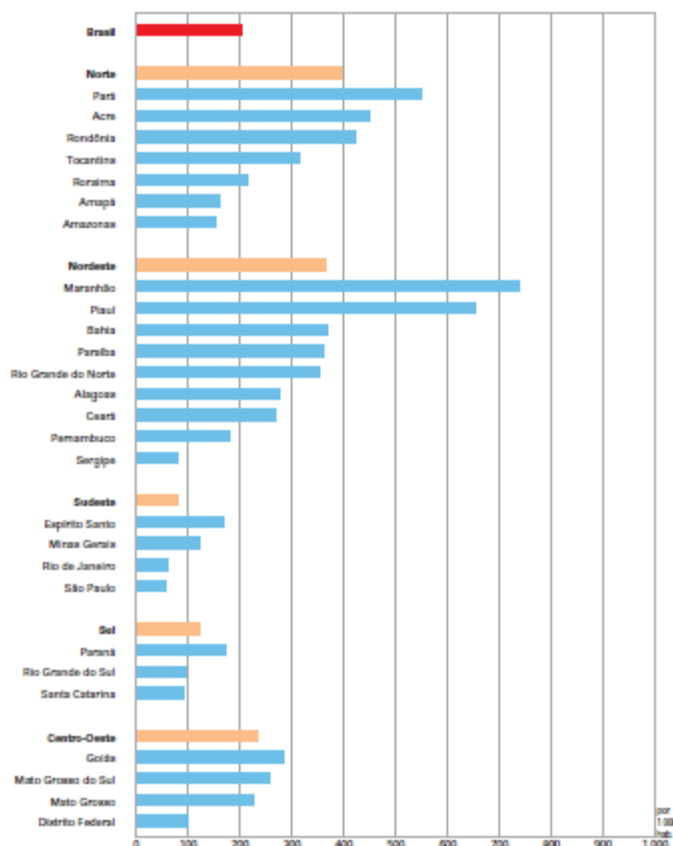
Gráfico 5 - Internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, por categorias de doenças - Brasil - 2000/2013



1. Ministério da Saúde, Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde.
2. IBGE e Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000-2060 - Revisão 2013.

Fonte: IBGE, 2015.

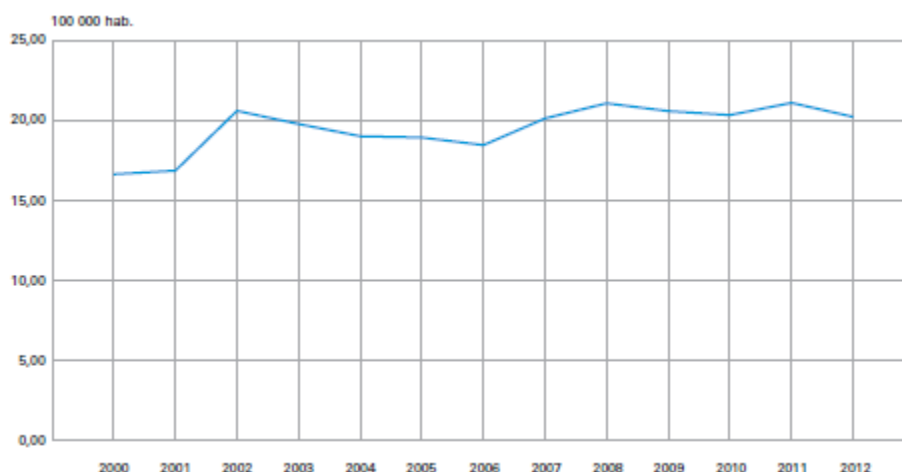
Gráfico 6 - Número total de internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em ordem decrescente – 2013



1. Ministério da Saúde, Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde.
2. IBGE, Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 2000-2060 - Revisão 2013 e Projeção da População das Unidades da Federação por Sexo e Idade para o Período 2000-2030 - Revisão 2013.

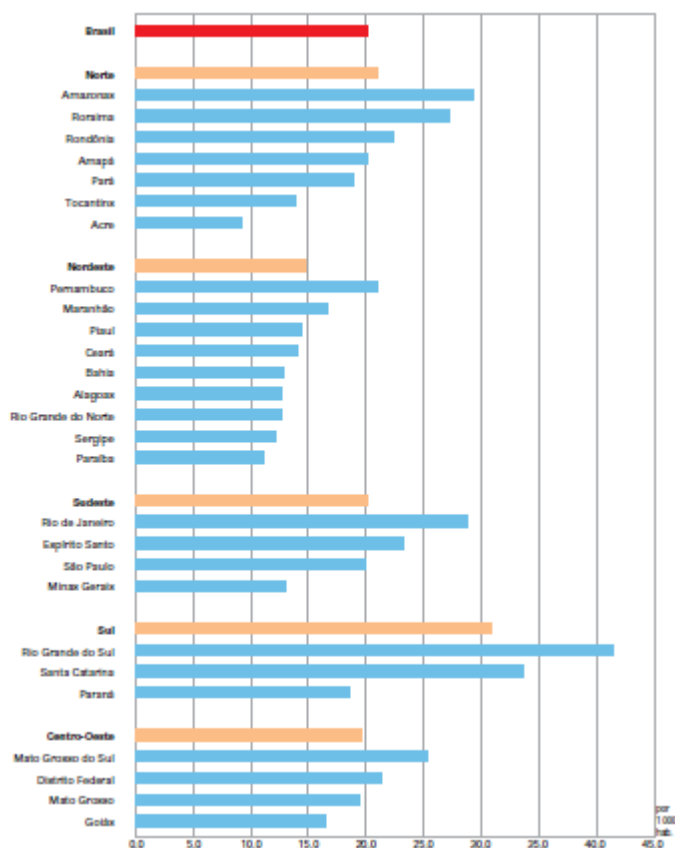
Fonte: IBGE, 2015.

Em relação a internações hospitalares por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (gráficos 5 e 6), com transmissão feco-oral, elas vêm caindo ao longo do tempo, embora continuem em um nível ainda elevado. Cabe ressaltar que as internações devido a doenças transmitidas por inseto vetor se mantiveram com pouca variação e a um baixo nível, ao longo do mesmo período, sendo o maior número de internações verificado na região Nordeste.

Gráfico 7 - Taxa de incidência de AIDS por ano de diagnóstico Brasil - 2000-2012

Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Sistema de Controle Logístico de Medicamentos, Sistema de Controle de Exames Laboratoriais e Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Fonte: IBGE, 2015.

Gráfico 8 - Taxa de incidência de AIDS por ano de diagnóstico, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2012

Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Sistema de Controle Logístico de Medicamentos, Sistema de Controle de Exames Laboratoriais e Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Fonte: IBGE, 2015.

Quanto à AIDS (gráficos 7 e 8), verifica-se um aumento da taxa de incidência por ano, destacando-se o estado do Rio Grande do Sul, o que requer muita atenção das autoridades responsáveis, no intuito de intensificar ações de conscientização e prevenção.

Muitos destes indicadores refletem o desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS brasileiro é uma referência importante no mundo, que deve oferecer atendimento a todos que o procuram. Ele foi criado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e integra os diferentes níveis da federação: União, estados, Distrito Federal e municípios (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Dentro do SUS está, por exemplo, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), que é alimentado pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam de uma lista nacional. Com as informações que abastecem o sistema são planejadas as estratégias de combate e/ou tratamento da Aids, tuberculose, febre amarela, cólera, dengue, entre outras (THE GLOBAL GOALS, 2017).

No Ministério da Saúde também há diretrizes para a Política de Educação Permanente em Saúde, que deve considerar as especificidades das secretarias de saúde nos estados, as políticas prioritárias do SUS, as necessidades de formação, entre outros fatores (THE GLOBAL GOALS, 2017).

3.3.4 Educação de qualidade

A relação entre as metas do ODS para a educação até 2030 e aquelas que o Brasil estabelece para serem alcançadas até 2024 por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) nos mostra que o esforço brasileiro de universalizar com qualidade a educação básica e de expandir seus quadros superiores antecipa em forma e conteúdo as metas do ODS de educação e, ao mesmo tempo, estabelece uma linha de tempo de alcance para 2024 (PROGRAMA..., 2015). Para a análise da educação foram selecionados os seguintes indicadores:

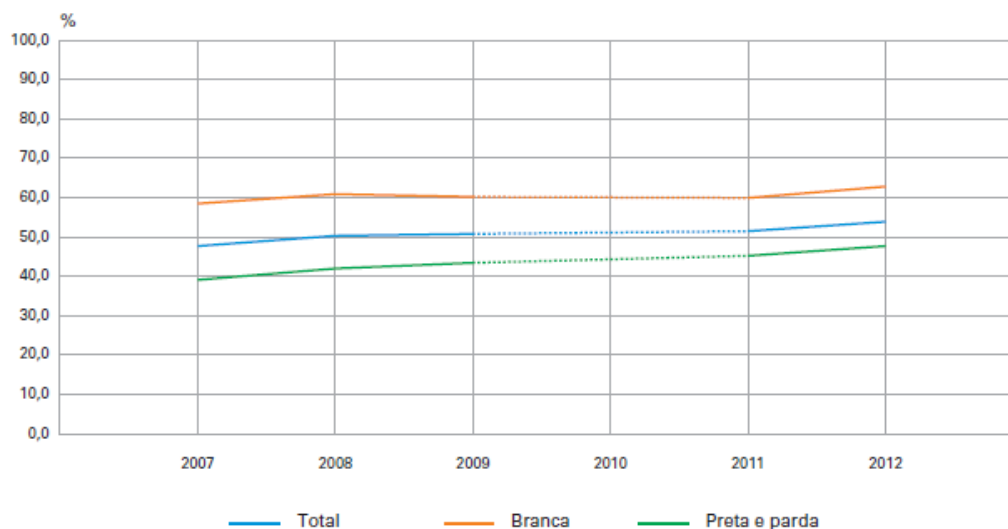
Gráfico 9 - Taxa de frequência escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, por sexo - Brasil - 2007/2012



IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2012. Nota: Não houve pesquisa no ano de 2010.

Fonte: IBGE, 2015.

Gráfico 10 - Taxa de frequência escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, por cor ou raça - Brasil - 2007/2012

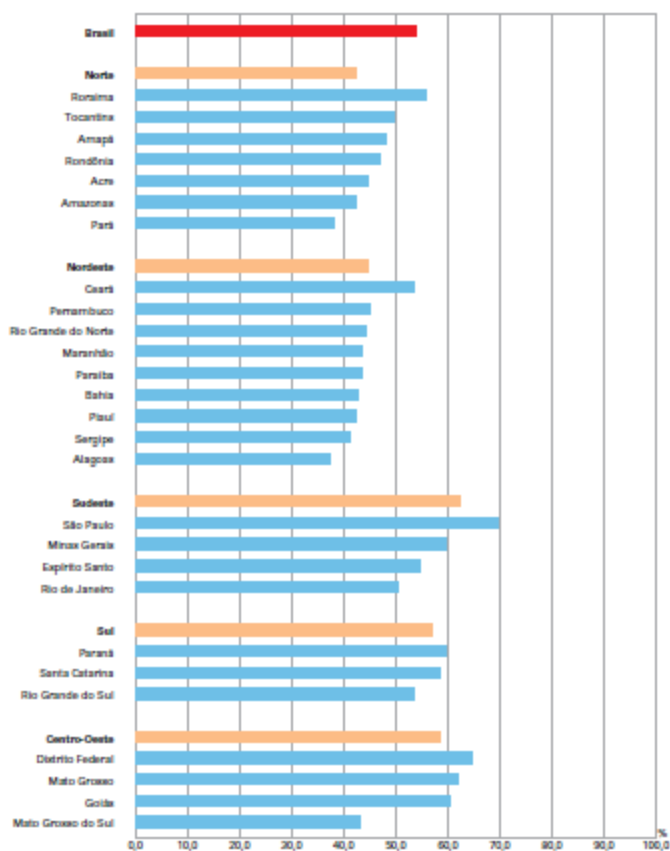


Taxa de frequência escolar líquida - as variáveis utilizadas são o número de pessoas de 15 a 17 anos de idade, que frequentam a escola no nível educacional adequado para sua idade (ensino médio), e a população total nesta faixa etária, desagregada por sexo e por cor ou raça.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2012. Nota: Não houve pesquisa no ano de 2010.

Fonte: IBGE, 2015.

Gráfico 11 - Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2012

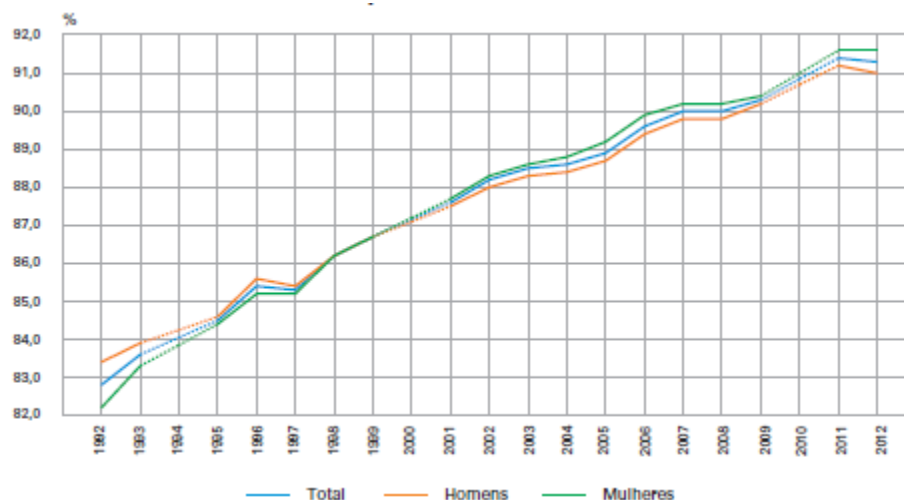


IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Fonte: IBGE, 2015.

Os gráficos 9 e 10 mostram ao longo de 2007 a 2012 uma ligeira elevação na taxa de frequência escolar líquida tanto para a diferença entre os sexos quanto entre as raças. Já o gráfico 11 mostra uma maior taxa para São Paulo e uma menor para Alagoas em 2012.

Gráfico 12 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade por sexo - Brasil - 1992/2012



Notas: 1. Excluiu-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá entre 1992 e 2003, a partir de 2004 a amostra inclui todo o Território Nacional, constituindo-se numa nova série.

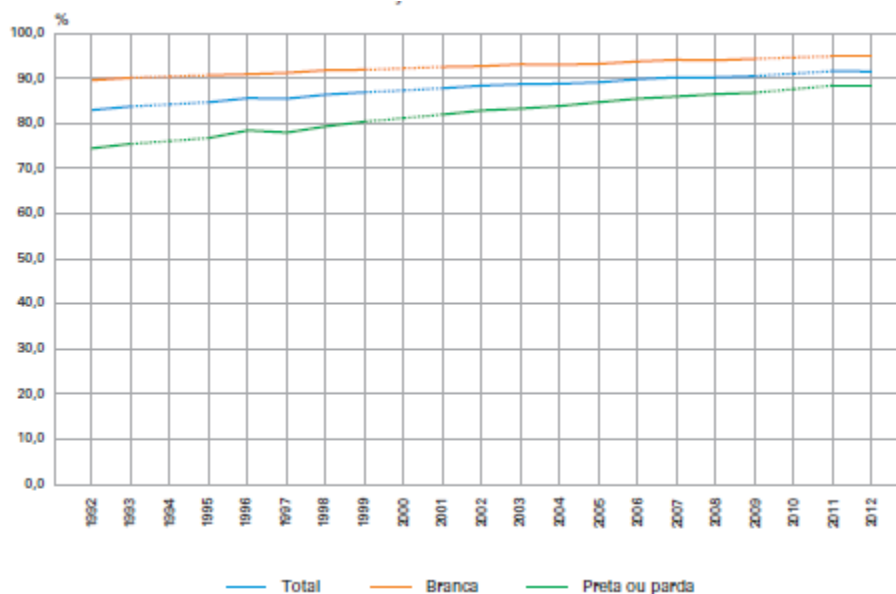
2. Não houve pesquisa nos anos 1994, 2000 e 2010, dado obtido por interpolação linear.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2012.

Fonte: IBGE, 2015.

No gráfico 12 é possível se verificar que a taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade cresceu consideravelmente ao longo do tempo, não demonstrando diferença significativa entre os sexos.

Gráfico 13 - Taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais de idade por cor ou raça - Brasil - 1992/2012



Notas: 1. Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá entre 1992 e 2003, a partir de 2004 a amostra inclui todo o Território Nacional, constituindo-se numa nova série.

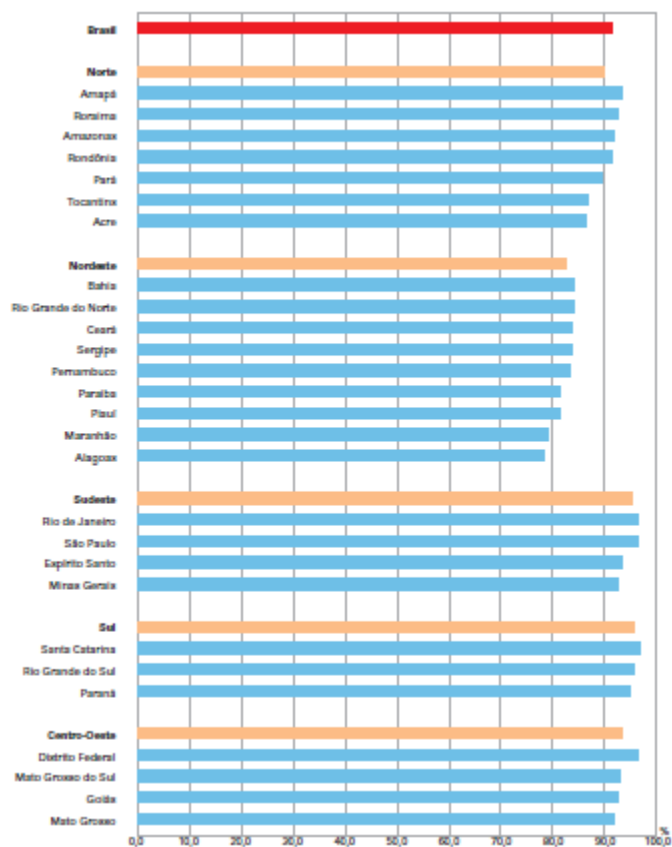
2. Não houve pesquisa nos anos 1994, 2000 e 2010, dado obtido por interpolação linear.

3. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2012.

Fonte: IBGE, 2015.

Através da análise do gráfico 13 pode-se perceber que a distância entre a taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais de idade diminuiu entre pretos ou pardos.

Gráfico 14 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2012

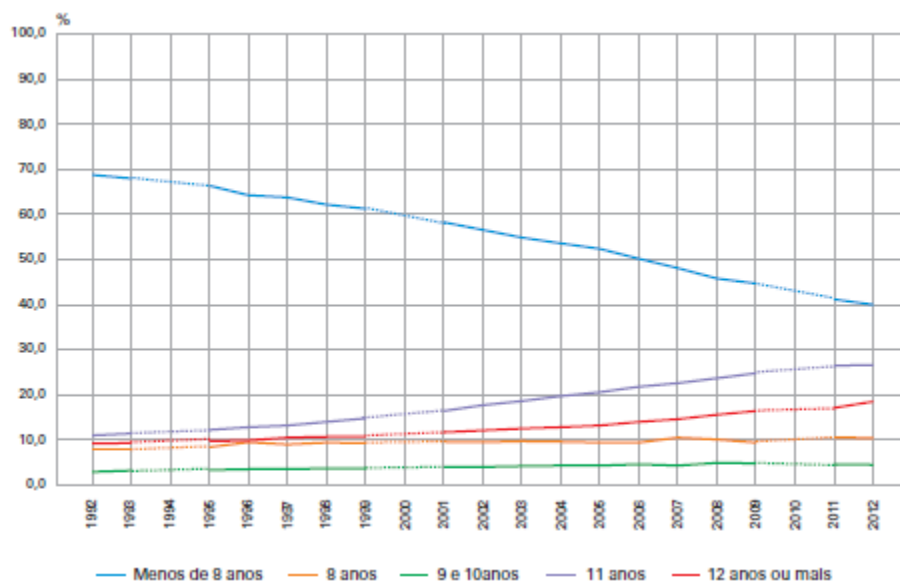


Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Fonte: IBGE, 2015.

O gráfico 14 demonstra que as regiões sudeste, sul e centro-oeste apresentam as maiores taxas de alfabetização para pessoas de 15 anos ou mais.

Gráfico 15 - Proporção de pessoas de 25 a 64 anos de idade, por grupos de anos de estudo, em relação à população total de 25 a 64 anos de idade - Brasil - 1992/2012



Notas: 1. Excluiu-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá entre 1992 e 2003, a partir de 2004 a amostra inclui todo o Território Nacional, constituindo-se numa nova série.

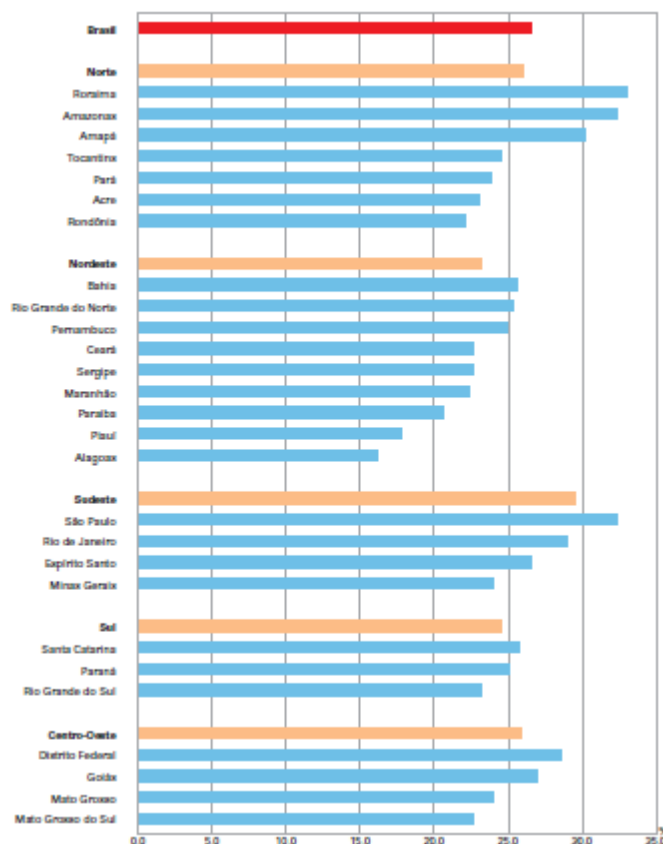
2. Não houve pesquisa nos anos 1994, 2000 e 2010, dado obtido por interpolação linear.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2012.

Fonte: IBGE, 2015.

No gráfico 15 é bem perceptível que entre as pessoas de 25 a 64 anos de idade, as com menos de 8 anos de estudo diminuíram consideravelmente, enquanto que entre as com 11 anos e 12 ou mais houve um aumento, sendo que entre as com 8 ou 9 e 10 anos não houve mudança significativa.

Gráfico 16 - Proporção de pessoas de 25 a 64 anos de idade, com 11 anos de estudo, em relação à população total de 25 a 64 anos de idade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2012



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.
Fonte: IBGE, 2015.

Através do gráfico 16 pode-se verificar que os estados que apresentam maior número de pessoas entre 25 e 64 anos com 11 anos de estudo são Roraima, Amazonas e São Paulo.

De maneira geral, embora não o suficiente, o Brasil tem melhorado seus índices no que se refere à educação. Para dar continuidade a este processo, o país aprovou em 2014 seu Plano Nacional de Educação (PNE), com 20 metas, desmembradas em estratégias. A Lei que o institui deve orientar as políticas públicas em educação até 2024. As metas expressas no PNE, de modo geral, estão em consonância com o que estabelece este ODS. São ainda mais detalhadas e específicas, pois pretendem tratar de toda a realidade nacional (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Um dos objetivos mais urgentes, que trata do acesso à educação básica, já foi incluído na Constituição Federal brasileira pela Emenda nº 59, de 2009. Ela determina que a educação básica seja obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos. E para os que não puderam

realizar sua escolarização na idade esperada, o sistema deve oferecer oportunidades de formação, por exemplo, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (THE GLOBAL GOALS, 2017).

A fim de diminuir desigualdades educacionais, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) implementa políticas públicas para diferentes públicos e temáticas como: educação especial, educação para as relações étnico-raciais, educação do campo, educação escolar indígena, educação quilombola, educação em direitos humanos, educação inclusiva, gênero e diversidade sexual, entre outras (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Para financiar a educação básica, há o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Ele tem natureza contábil e existe nas 27 unidades da federação, com vigência até 2020, para redistribuir recursos, segundo o número de matrículas nas diferentes etapas e modalidades (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Uma vez que os marcos legais parecem estar adequados aos objetivos globais, uma série de programas do governo federal são voltados para a melhoria da qualidade e do atendimento educacional (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Como suporte para monitorar o desempenho dos estudantes, foi criado em 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), publicado a cada dois anos. Esse indicador leva em conta médias de desempenho em português e matemática e o fluxo escolar (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Por fim, fazendo a ponte entre educação e o mundo do trabalho, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país (THE GLOBAL GOALS, 2017).

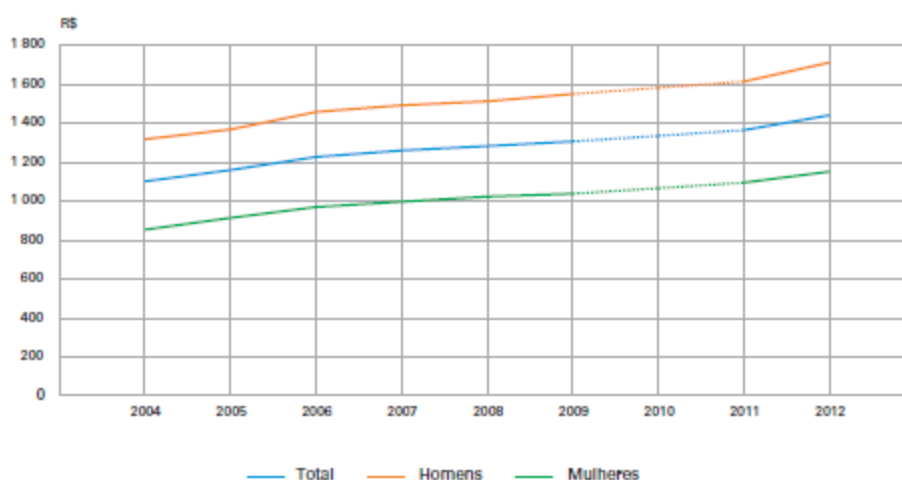
3.3.5 Igualdade de gênero

O Brasil avançou muito nos últimos anos no que se refere à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres e meninas nos últimos vinte anos. Grande parte desse avanço se dá pela institucionalização das políticas para as mulheres em âmbito governamental, tanto na esfera nacional quanto nas subnacionais (PROGRAMA..., 2015).

Em relação ao acesso à educação, de 1990 a 2012, a escolarização dos homens no ensino médio aumentou mais do que a das mulheres, diminuindo a disparidade, já que a desvantagem pertencia a eles. Enquanto em 1990 havia 136 mulheres para cada 100 homens no ensino médio, em 2012 a proporção era de 125 para 100. Tal fato pode ser justificado pela melhoria do fluxo dos alunos no ensino fundamental que, junto com o aumento da oferta de vagas no ensino médio, possibilitou que mais homens pudessem prosseguir com seus estudos. No entanto, a desvantagem masculina no ensino superior aumentou. Em 1990, para cada 100 homens frequentando escolas superiores, havia 126 mulheres e, em 2012, essa razão passou a ser de 100 para 136 (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Com relação à participação feminina no trabalho, no Brasil, a percentagem de mulheres em atividades fora da agricultura já era de 42,7% em 1992 e passou para 47,3% em 2012. Além disso, as mulheres chegam a representar 59,5% dos empregados no setor não agrícola com educação superior, ou seja, são maioria entre os profissionais que ocupam os melhores e mais bem remunerados postos de trabalho assalariados (THE GLOBAL GOALS, 2017). Ainda, mesmo as mulheres sendo a maioria entre estes profissionais, o gráfico 17 mostra que na faixa salarial até R\$ 1800,00, são os homens que apresentam um maior rendimento médio mensal (IBGE, 2015).

Gráfico 17 - Rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, por sexo - Brasil - 2004/2012



Notas: 1. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2012.

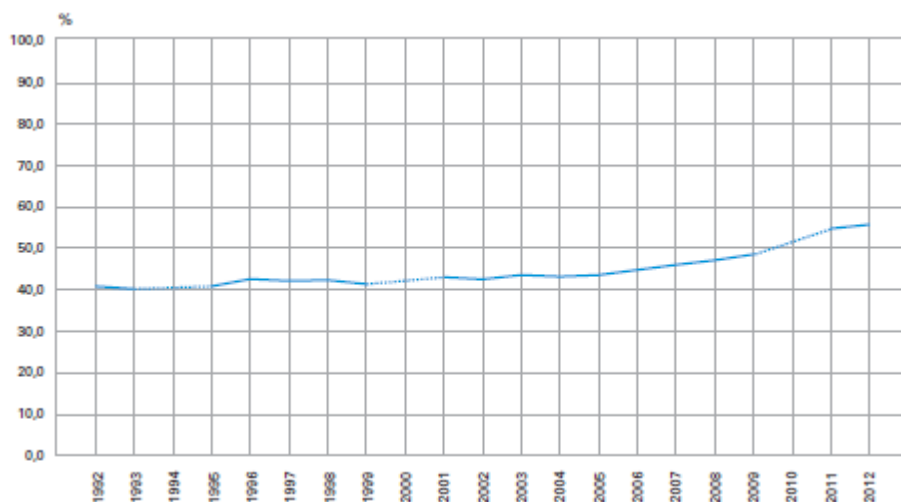
2. Excluídas as informações das pessoas sem declaração do rendimento.

3. Não houve pesquisa no ano de 2010.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2012.

Fonte: IBGE, 2015.

Gráfico 18 - Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, em trabalhos formais - Brasil - 1992/2012



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2012.

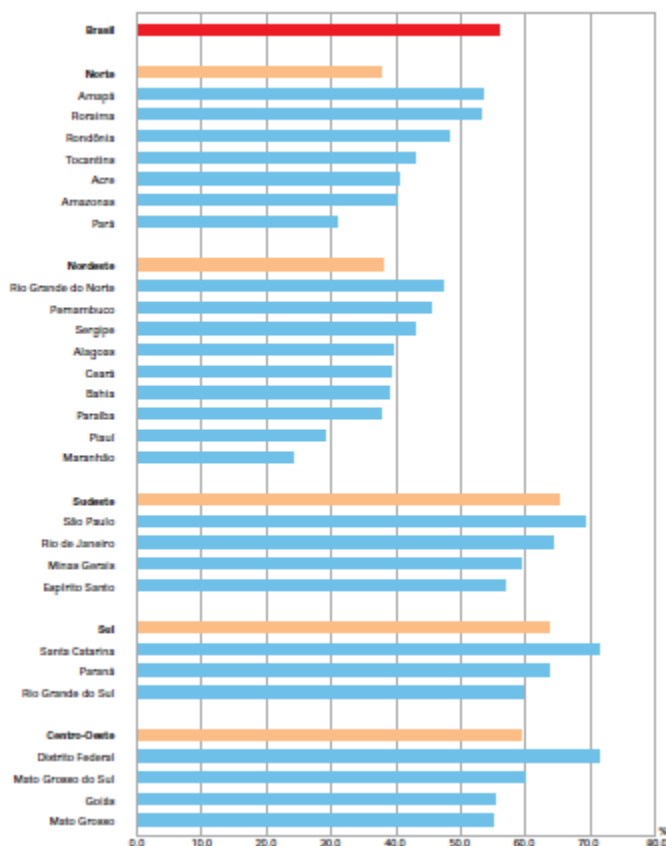
Nota: 1. Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT, apresentada na publicação Perfil do trabalho decente no Brasil, divulgada em 2009.

2. Inclui empregada com carteira de trabalho assinada, trabalhadora doméstica com carteira de trabalho assinada, militar, funcionária pública estatutária, conta própria e empregadora que contribuíam para a previdência social.

3. Não houve pesquisa nos anos de 1994, 2000 e 2010, dado obtido por interpolação linear.

Fonte: IBGE, 2015.

Gráfico 19 - Proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, em trabalhos formais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2012



IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Nota: 1. Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT, apresentada na publicação Perfil do trabalho decente no Brasil, divulgada em 2009.

2. Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

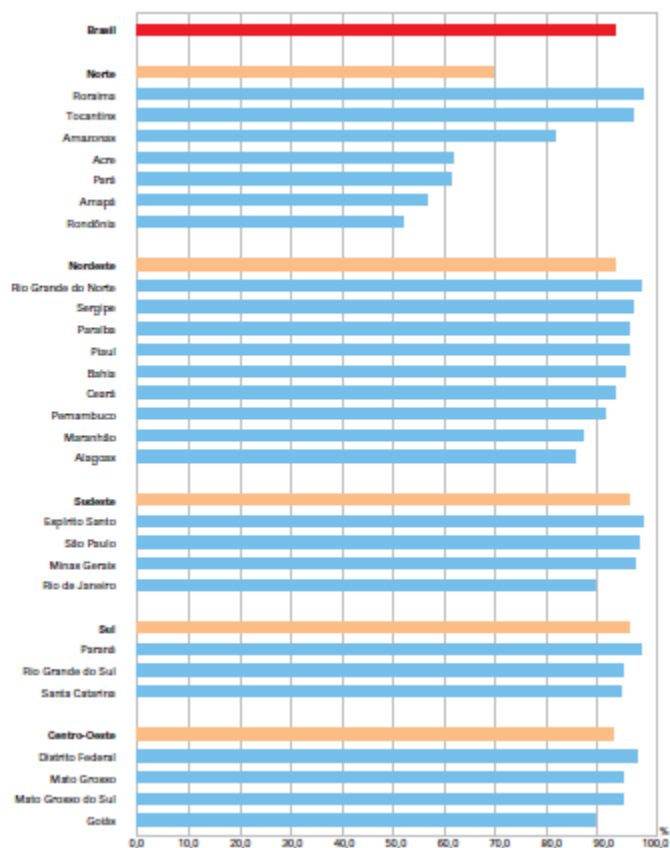
Fonte: IBGE, 2015.

Os gráficos 18 e 19 mostram que a proporção de mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalhos formais teve um aumento relevante, principalmente no período de 2009 a 2012, sendo maior nas regiões sudeste, sul e centro-oeste.

3.3.6 Água limpa e saneamento

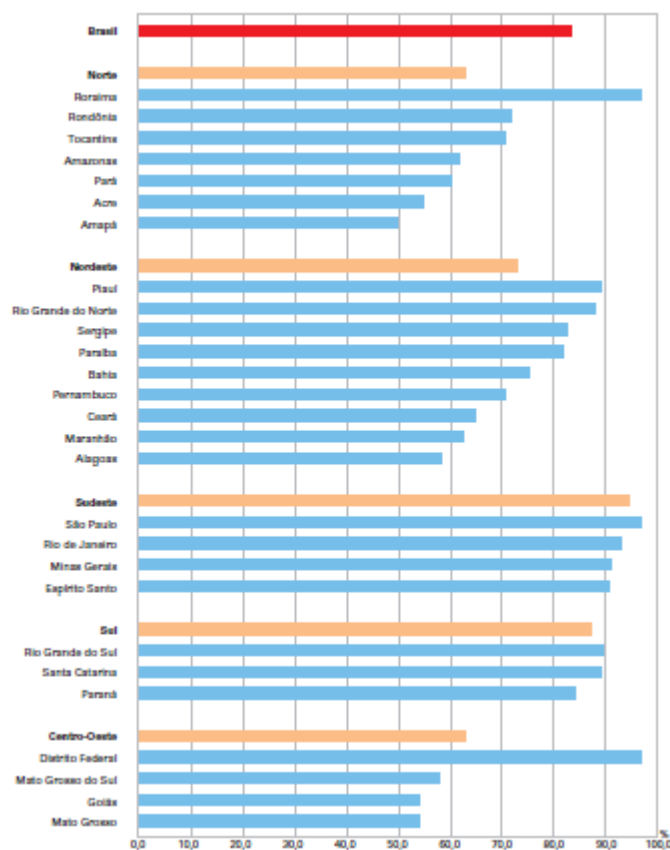
A água é uma questão central do desenvolvimento sustentável. Os recursos hídricos e os serviços a eles relacionados podem promover a redução da pobreza, o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental. A falta de suprimento de água, de saneamento e higiene representa um impacto enorme na saúde e no bem-estar das populações além de uma considerável perda nas atividades econômicas (PROGRAMA..., 2015). Para a avaliação deste objetivo foram escolhidos os seguintes indicadores:

Gráfico 20 - Proporção de moradores em domicílios particulares permanentes urbanos, atendidos por rede geral de abastecimento de água, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2012



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.
Fonte: IBGE, 2015.

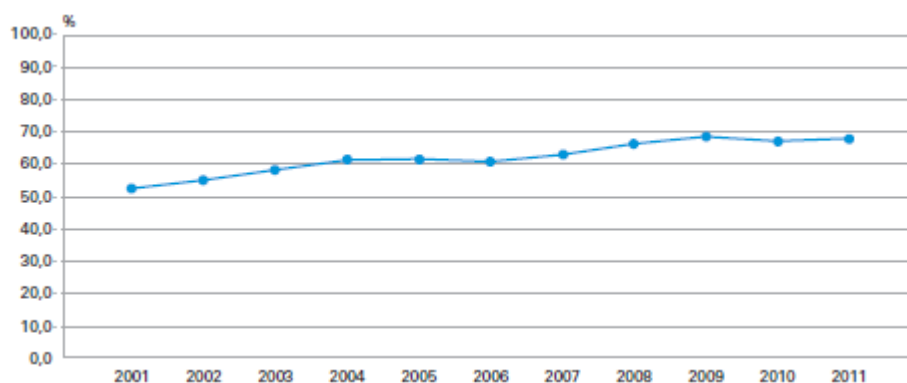
Gráfico 21 - Proporção de moradores em domicílios particulares permanentes urbanos com esgotamento sanitário adequado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2012



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012. Nota: Rede coletora de esgoto e fossa séptica
Fonte: IBGE, 2015.

Por meio dos gráficos 20 e 21 pode-se verificar que o maior problema quanto à questão da água na área urbana está relacionado ao esgotamento sanitário adequado insuficiente e não tão relacionado ao abastecimento de água, mais abrangente na maioria das regiões brasileiras.

Gráfico 22 - Proporção do esgoto tratado em relação ao total coletado no Brasil - 2001-2011



Fonte: IBGE, 2015.

Através dos dados apresentados no gráfico 22 fica visível que, embora não seja a ideal, a porcentagem do esgoto tratado vem aumentando em relação ao total coletado.

Cabe, ainda, apresentar sumariamente o modelo institucional para a gestão de águas no Brasil. Em 1997, foi sancionada a Lei das Águas (Lei nº 9.433), que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Nesse contexto, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, órgão do Ministério das Cidades, é um dos responsáveis pela política pública de água e saneamento no nível federal. A secretaria repassa recursos a municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento ou participantes de Consórcios Públicos afins. Para os municípios de menor porte, com população inferior a 50 mil habitantes, repasses para saneamento são realizados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Uma condição para os repasses é que os municípios tenham Planos de Saneamento Básico (THE GLOBAL GOALS, 2017).

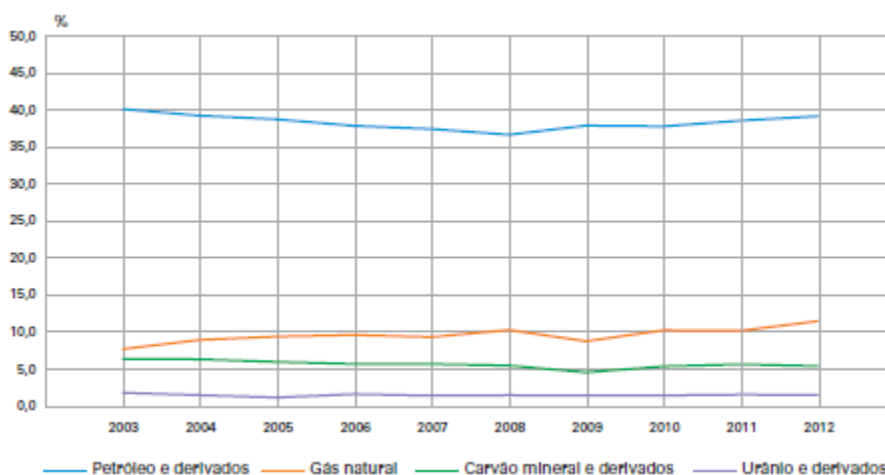
A temática da água e do saneamento é transversal, isto é, tem impactos em diferentes setores da vida, como a saúde, a qualidade ambiental, a economia. Por isso, diferentes órgãos em distintos níveis federativos trabalham a questão (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Os Comitês de Bacia Hidrográfica, existentes no Brasil desde 1988, também estão relacionados às metas deste ODS, e fazem parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Suas principais competências são: aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia; arbitrar conflitos pelo uso da água; estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água (THE GLOBAL GOALS, 2017).

3.3.7 Energias renováveis

O acesso à energia é também uma das questões centrais do desenvolvimento, pois sem energia este é praticamente impossível. Quando se fala em desenvolvimento sustentável, a confiabilidade, a modernidade e a acessibilidade tornam-se realmente questões inseparáveis (PROGRAMA..., 2015). O Brasil conta com dados variados e sólidos no que diz respeito a este objetivo e como indicadores de sua matriz energética foram escolhidos os seguintes:

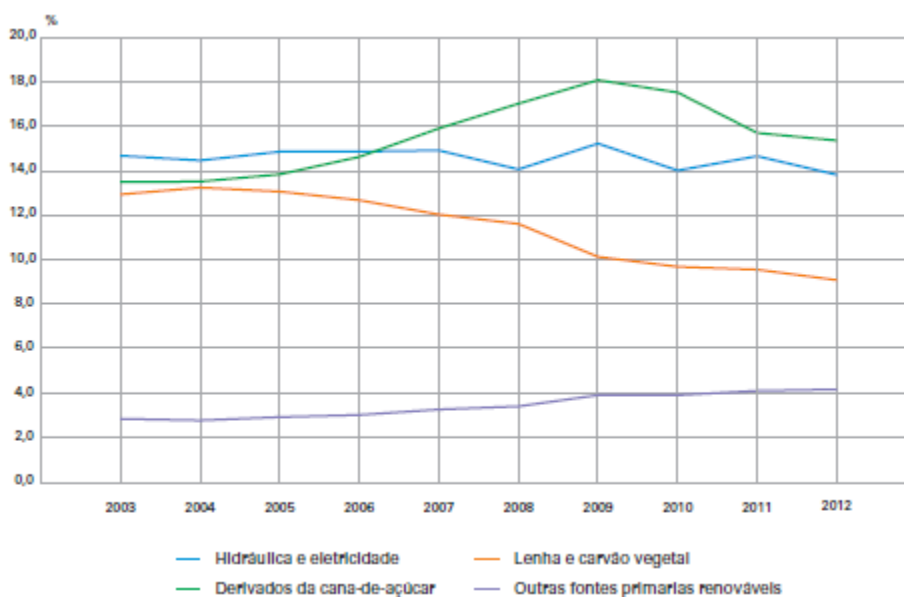
Gráfico 23 - Participação das fontes não renováveis no total de energia ofertada, segundo as fontes de energia - Brasil - 2003-2012



Fonte: IBGE, 2015.

O gráfico 23 mostra ainda uma grande dependência do país no tocante ao uso do petróleo e derivados no total de energia ofertada.

Gráfico 24 - Participação das fontes renováveis no total de energia ofertada, segundo as fontes de energia Brasil - 2003-2012



Fonte: IBGE, 2015.

Já o gráfico 24 mostra um aumento da participação da cana-de-açúcar e uma diminuição do uso de lenha e carvão vegetal com o passar dos anos.

No Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988, compete à União legislar sobre o tema da energia. Nesse contexto, a responsabilidade de realizar estudos e pesquisas sobre a matriz energética brasileira, elaborar e publicar balanços energéticos e identificar

recursos é da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entidade criada em 2004. A EPE já tem um termo de referência para o Plano Nacional de Energia – 2050. O planejamento do setor precisa ser feito com antecedência, uma vez que os empreendimentos para oferta de energia costumam exigir altos investimentos, sejam eles financeiros, de pesquisa ou de negociação política entre entes da federação e a sociedade civil (THE GLOBAL GOALS, 2017).

O país também tem em vigor o Plano Nacional de Energia – 2023, que prevê ampliação da capacidade energética brasileira (THE GLOBAL GOALS, 2017).

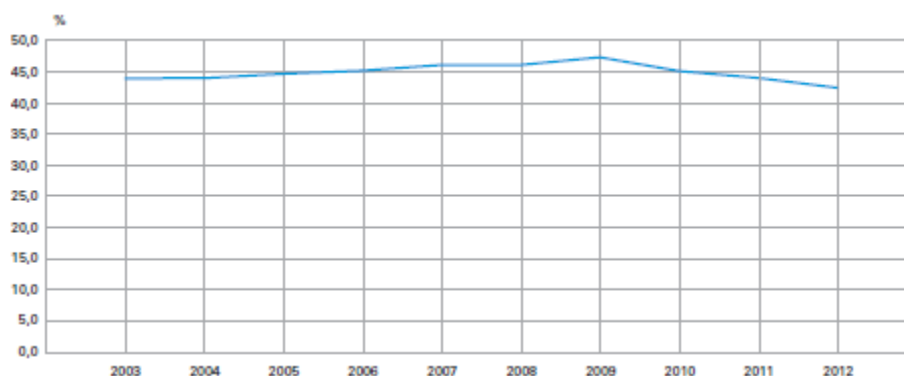
Outro órgão voltado para a temática é o Conselho Nacional de Política Energética, que assessoria a Presidência da República e regula o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando diretamente ou por convênios com outros órgãos da União, de estados, do Distrito Federal ou de municípios (THE GLOBAL GOALS, 2017).

O aspecto social da exclusão energética é tema do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. O alvo do programa são populações do meio rural que não têm acesso ao serviço público (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Já o uso eficiente é foco do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), que busca combater o desperdício e reduzir os custos de produção (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Mesmo assim, a energia renovável, como pode ser visto no gráfico 25, perdeu participação na matriz energética brasileira, registrando, em 2012, sua menor participação em uma década (42,4%). Por outro lado, a participação de petróleo e derivados, fontes não renováveis de energia, aumentou de 36,7% para 39,2% entre 2008 e 2012 (ECO BRASÍLIA, 2015).

Gráfico 25 - Participação de energia renovável sobre o total de energia ofertada - Brasil - 2003-2012

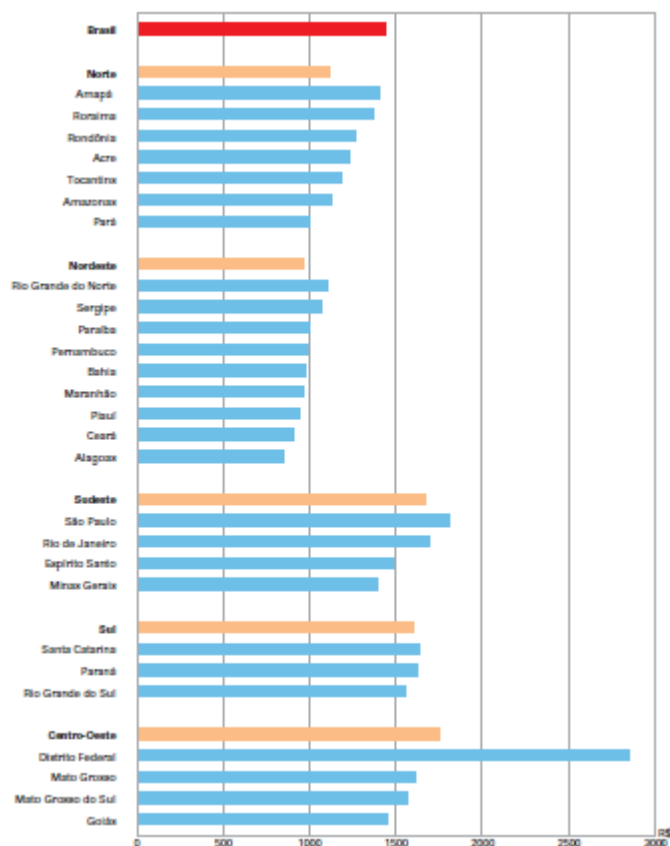


Fonte: IBGE, 2015.

3.3.8 Empregos dignos e crescimento econômico

Este objetivo diz respeito ao crescimento econômico, ao trabalho e ao emprego, sendo composto por metas relativas a crescimento *per capita*, produtividade, políticas para o desenvolvimento, produção e consumo sustentáveis, pleno emprego e trabalho decente para todos, desemprego de jovens, trabalho infantil, trabalho forçado e tráfico de pessoas, direitos trabalhistas, turismo sustentável e acesso a serviços financeiros (PROGRAMA..., 2015). Abaixo seguem alguns indicadores selecionados:

Gráfico 26 - Rendimento médio mensal nominal das pessoas de 15 anos ou mais de idade com rendimento, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2012

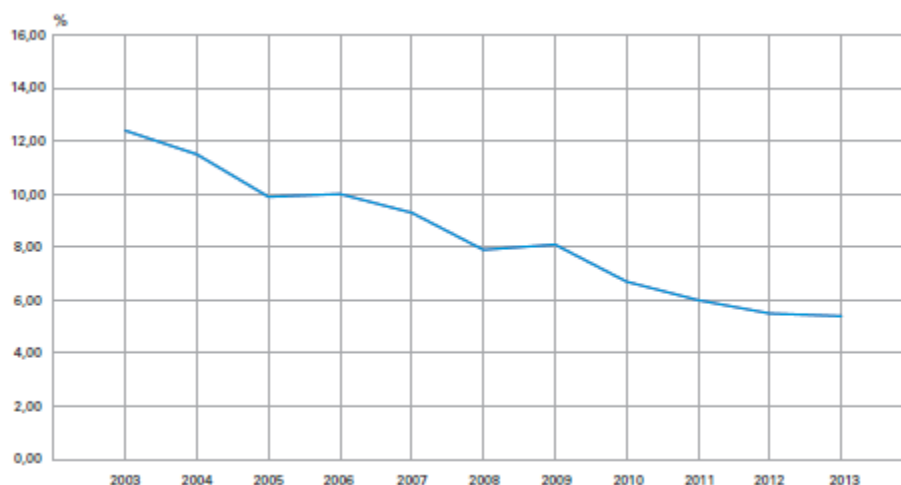


Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Fonte: IBGE, 2015.

No gráfico 26 é interessante notar o alto rendimento médio mensal nominal para o Distrito Federal.

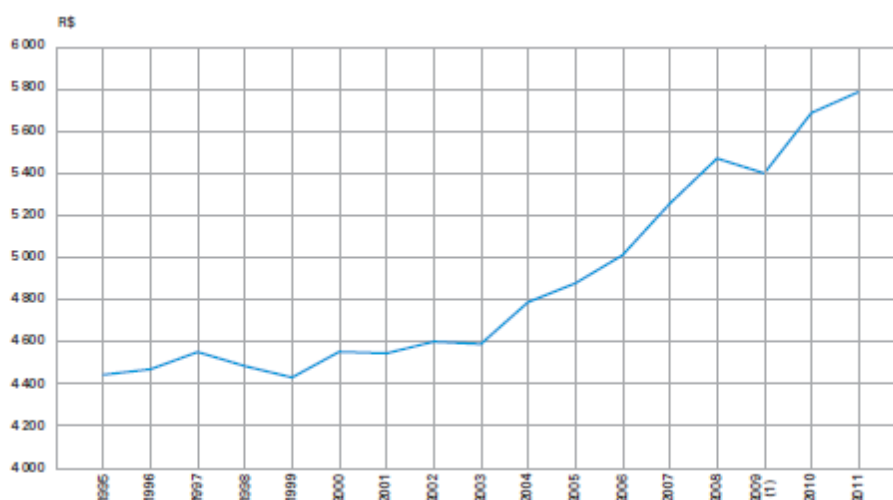
Gráfico 27 - Taxa média anual de desocupação na semana de referência, no mês de setembro, das Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre - 2003-2013



Fonte: IBGE, 2015.

O gráfico 27 mostra pelo menos até 2013 uma diminuição da taxa média anual de desocupação.

Gráfico 28 - Produto Interno Bruto per capita Brasil - 1995-2011

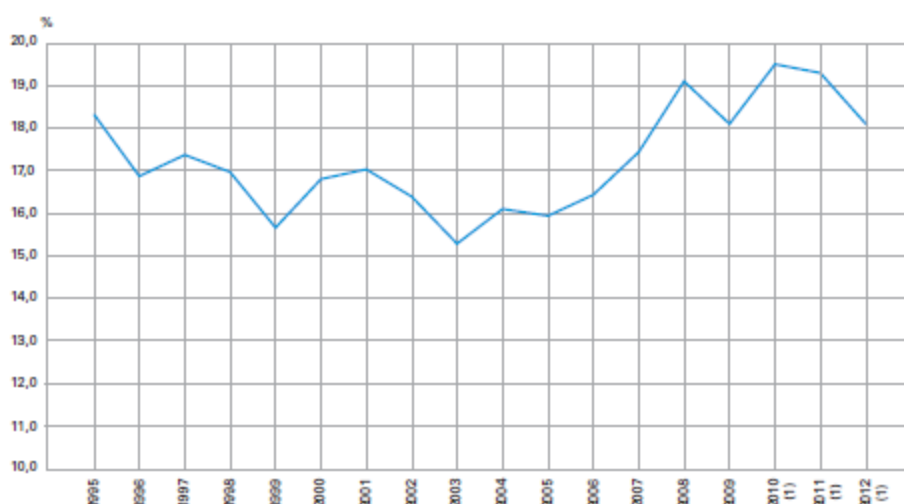


Nota: Valores a preços de 1995.

(1) Resultado das Contas Nacionais Trimestrais.

Fonte: IBGE, 2015.

Já o gráfico 28 mostra uma tendência de aumento do produto interno bruto *per capita*, pelo menos, até 2011. Tendência esta que não se confirma atualmente em decorrência da grave crise econômica pela qual o país está passando.

Gráfico 29 - Taxa de Investimento - Brasil - 1995-2012

(1) Resultados preliminares obtidos a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Fonte: IBGE, 2015.

Por outro lado, a taxa de investimento, mostrada no gráfico 29, demonstra uma considerável oscilação do investimento no país durante o período analisado.

À parte os indicadores, no que se refere a empregos dignos e crescimento econômico, o Brasil possui uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), estabelecida pelo Decreto nº 6.047, de 2007. Seu objetivo é reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões do país, e deve servir como orientação para as ações do governo federal. Uma nova política vem sendo discutida desde 2012, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Para o aumento da produtividade, uma das ações é o Plano Brasil Maior, que consiste na política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal. A inovação, por sua vez, é coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) (THE GLOBAL GOALS, 2017).

3.3.9 Inovação e infraestrutura

Este objetivo está claramente focado no desenvolvimento da infraestrutura, na promoção da industrialização inclusiva e sustentável e no fomento à inovação, sendo de primordial importância para o fomento do desenvolvimento econômico de todas as nações do mundo, independentemente do grau de maturidade econômica (PROGRAMA..., 2015).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, se constitui em um conjunto de ações para planejamento e execução de obras de infraestrutura social,

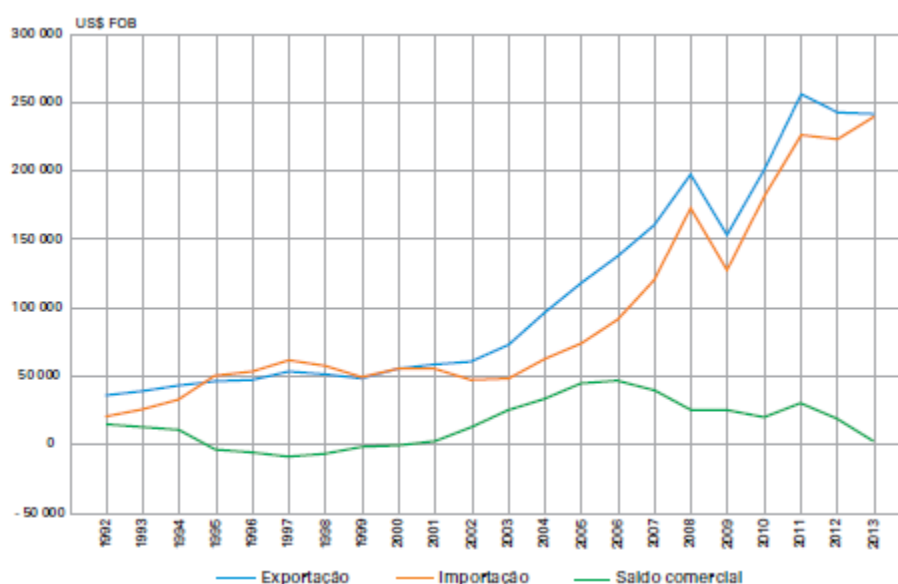
urbana, logística e energética do país, com foco no desenvolvimento acelerado e sustentável (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Segundo a Constituição Federal, é atribuição da União explorar diretamente ou por concessão ou permissão os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos, o transporte interestadual e internacional, a navegação aérea, os serviços e instalações de energia elétrica e os serviços de radiodifusão (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Uma das ações do governo federal no setor é o Programa de Investimento em Logística (PIL), que pretende incrementar a infraestrutura de transportes no país, trabalhando com investimentos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) cabe, entre outras atividades, a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e de serviços, as políticas de comércio exterior, a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia. Para isso, conta com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal que trabalha com o financiamento de longo prazo para investimentos. Há linhas de apoio para inovação, desenvolvimento local e regional e desenvolvimento socioambiental, entre outras (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Gráfico 30 - Exportação, importação e saldo comercial - Brasil - 1992-2013

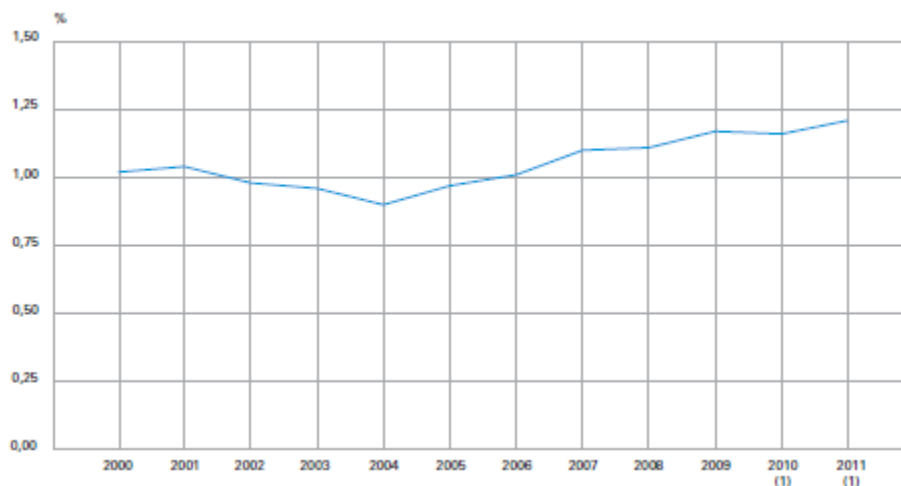


Fonte: IBGE, 2015.

No que diz respeito ao comércio exterior, o gráfico 30 mostra que tanto as exportações quanto as importações brasileiras caminharam juntas, de maneira ascendente,

de 2003 a 2011. No entanto, a partir de 2011 as exportações começaram a diminuir e as importações mantiveram sua tendência de crescimento, fazendo com que em 2013 se igualassem em um mesmo patamar.

Gráfico 31 - Investimentos nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento como percentual do PIB - Brasil - 2000-2011

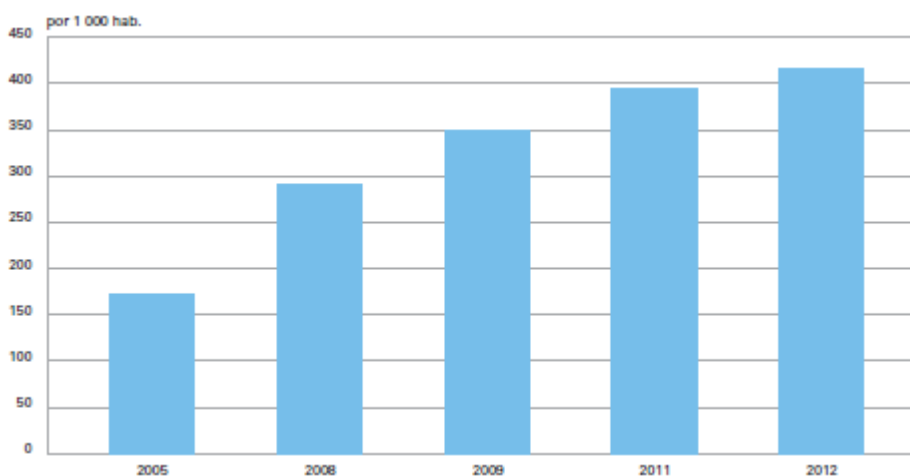


Fonte: IBGE, 2015.

Já no tocante à situação dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), o gráfico 31 demonstra que a partir de 2004 vem ocorrendo um pequeno crescimento.

Para fornecer informações sobre a rede de inovação no país foi criado o Portal Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Gráfico 32 - Número de usuários da Internet - Brasil - 2005/2012Gráfico



Fonte: IBGE, 2015.

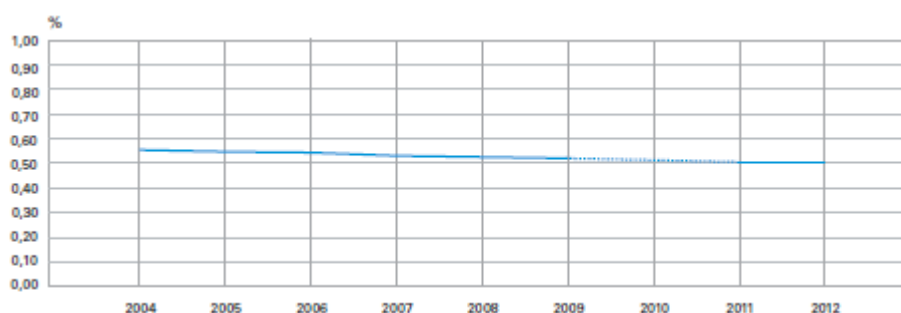
Em relação ao acesso à internet, pode-se verificar que o número de usuários mostra uma tendência de crescimento ao longo dos anos.

A ampliação do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) é alvo do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que tem o objetivo principal de massificar o acesso à internet em banda larga no país, principalmente nas regiões mais carentes da tecnologia (THE GLOBAL GOALS, 2017).

3.3.10 Redução das desigualdades

Este objetivo procura abordar questões referentes à desigualdade não apenas dentro dos países, mas entre eles. Além dos indicadores quantitativos, deve-se também considerar indicadores qualitativos relativos à informação ou adequação sobre legislação e implementação de políticas públicas (PROGRAMA..., 2015). O principal indicador aqui usado para avaliar este objetivo é o Índice de Gini.

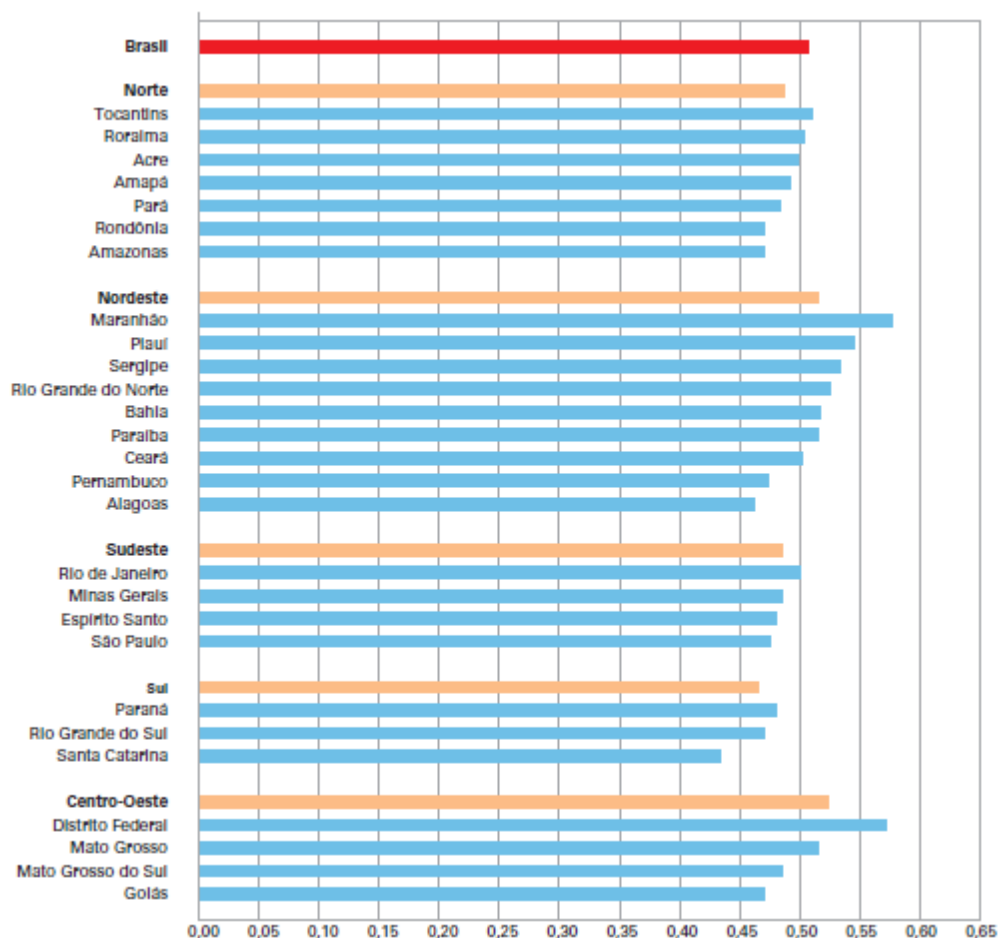
Gráfico 33 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento - Brasil - 2004/2012



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2012. Nota: Não houve pesquisa em 2010.
Fonte: IBGE, 2015.

No gráfico 33 é mostrado o Índice de Gini. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. No caso brasileiro, ele está por volta de 0,5, o que demonstra uma elevada concentração de renda.

Gráfico 34 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2012



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Fonte: IBGE, 2015.

O gráfico 34 revela de uma maneira mais detalhada que os estados com maior concentração de renda são Maranhão e o Distrito Federal.

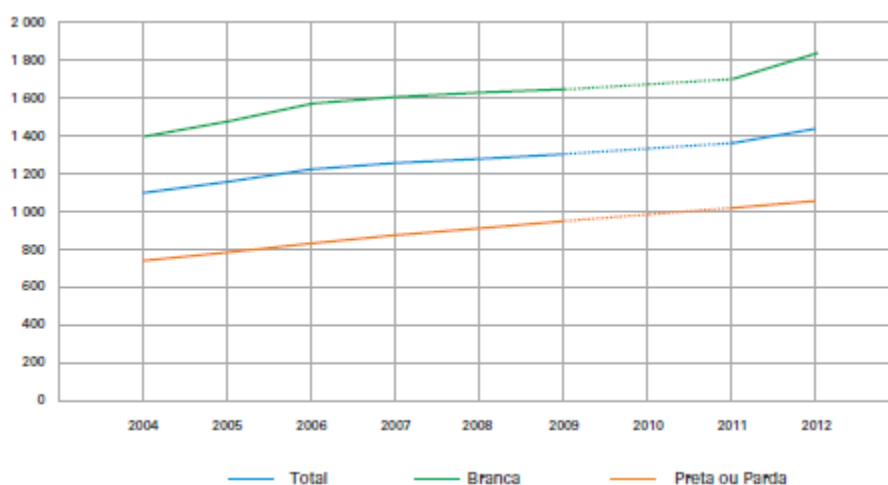
Com a objetivo de se diminuir estas desigualdades de condições de vida entre regiões, estados e municípios existe a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 2007, que orienta as ações do governo federal. No país, o Ministério da Integração Nacional é responsável por coordenar programas no setor, e uma nova política vem sendo discutida desde 2012. Um instrumento para aperfeiçoar a PNDR é o Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR), sistema de acesso público que reúne diversas informações georreferenciadas, fornecidas por órgãos e institutos de pesquisas (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Além disso, em 2008, o país lançou o programa Territórios da Cidadania, que pretende promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Governos locais, de estados e municípios são considerados atores fundamentais nessa estratégia que financia projetos e empreendimentos (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Quanto à inclusão econômica no mundo do trabalho, o Brasil já tem instituído um salário mínimo, com política de valorização de longo prazo, regida pela Lei nº 12.382, de 2011, com atualizações de valores publicadas a cada ano (THE GLOBAL GOALS, 2017).

O Programa Bolsa Família, iniciativa coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), também associada ao ODS 1, por sua vez, é um dos responsáveis pela redução da desigualdade na última década no Brasil. Isso ocorre, porque o programa realiza a transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Gráfico 35 - Rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, por cor ou raça - Brasil - 2004/2012



Notas: 1. Excluídas as informações das pessoas sem declaração do rendimento.

2. Não houve pesquisa no ano de 2010.

Fonte: IBGE, 2015.

Na questão de rendimento por raça, no gráfico 35, pode-se verificar que está havendo um aumento de rendimento médio mensal ao longo dos anos para ambas as raças, branca e preta ou parda, porém sem uma diminuição da desigualdade entre elas.

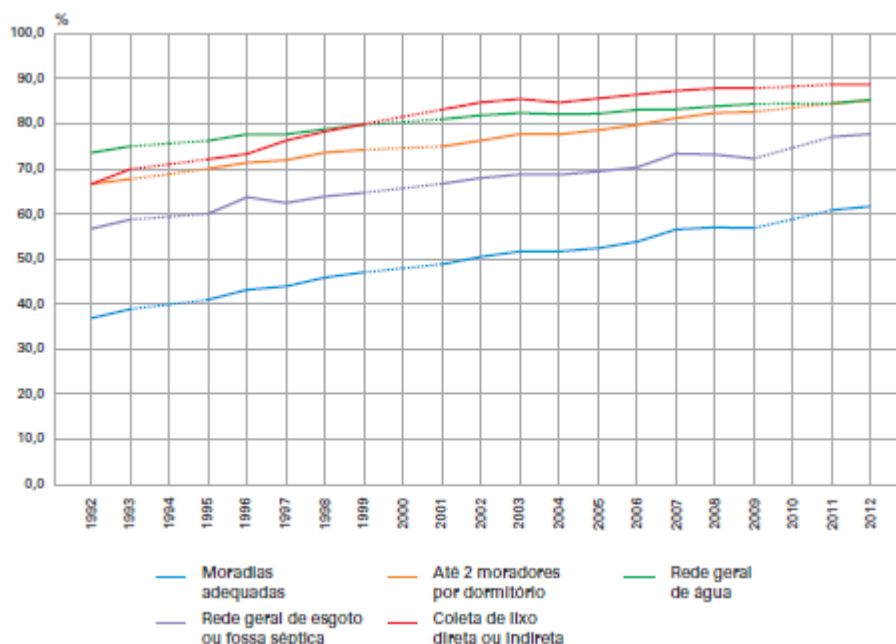
3.3.11 Cidades e comunidades sustentáveis

Este objetivo é o único claramente focado em cidades e assentamentos humanos. De forma geral, o Brasil possui diversos dados sobre os temas urbanos, em especial sobre o acesso aos serviços básicos (PROGRAMA..., 2015).

A principal norma que rege as políticas públicas para as áreas urbanas é o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 2001). Ele reúne diretrizes gerais e instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos para garantir efetividade ao Plano Diretor, documento responsável pelo estabelecimento da política urbana na esfera municipal e pelo desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana (THE GLOBAL GOALS, 2017).

No campo da moradia, a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades coordenou a elaboração do Plano Nacional de Habitação (PlanHab). A finalidade última dele é universalizar o acesso à moradia digna a todo cidadão. Em 2012, o déficit habitacional no Brasil era de aproximadamente 5,8 milhões de moradias. Assim, há grandes esforços que precisam ser conduzidos tanto no aumento do seu número quanto em suas condições (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Gráfico 36 - Percentual de domicílios particulares permanentes em condição de moradia adequada e critérios de adequação - Brasil - 1992-2012



Notas: 1. Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá entre 1992 e 2003, a partir de 2004 a amostra inclui todo o Território Nacional, constituindo-se numa nova série.

2. Não houve pesquisa nos anos 1994, 2000 e 2010, dado obtido por interpolação linear.

Fonte: IBGE, 2015.

Os dados do gráfico 36 indicam que está havendo uma melhoria no percentual de domicílios particulares permanentes em condição de moradia adequada para todos os critérios de adequação.

Quanto ao transporte urbano, o país tem diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587, de 2012), e entre seus princípios estão a acessibilidade universal e o desenvolvimento sustentável das cidades (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Já o planejamento para minimizar efeitos de eventos da natureza, como chuvas, vendavais, secas, é orientado pela Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, Lei nº 12.608, de 2012, que estabelece um sistema integrado para o monitoramento e prevenção de riscos em todo o país. A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, órgão do Ministério da Integração Nacional, é responsável por coordenar as ações no território (THE GLOBAL GOALS, 2017).

3.3.12 Consumo responsável

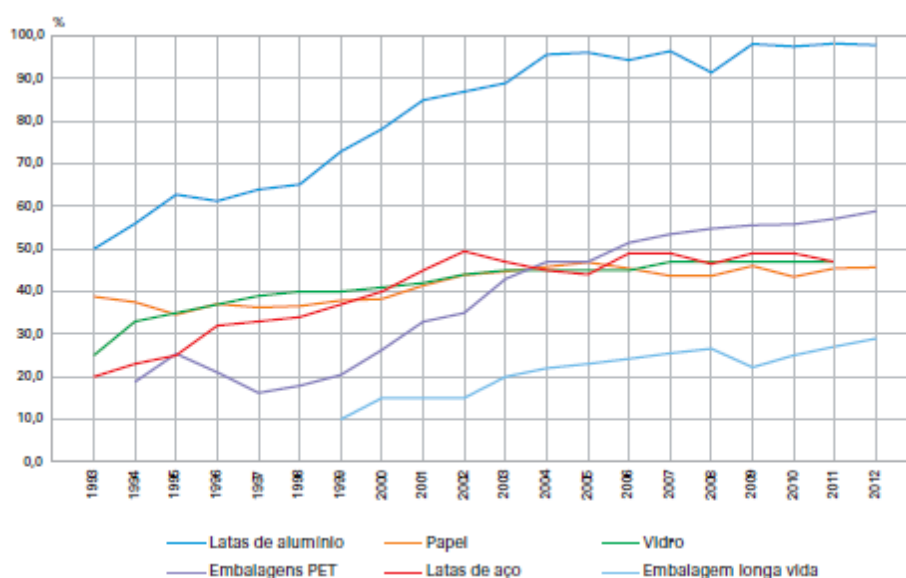
Este objetivo apresenta um desafio na implementação dos ODS por tratar de assunto sobre produção e consumo sustentáveis, que envolve políticas de vanguarda e transversais, não havendo, portanto, indicadores próprios para sua mensuração (PROGRAMA..., 2015).

O Brasil parte de um patamar acima quanto a este ODS, uma vez que já tem seu Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em 2011 e que é a espinha dorsal das ações do governo, da sociedade e do setor produtivo na temática. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o PPCS articula as principais políticas ambientais e de desenvolvimento do país, em especial as Políticas Nacionais de Mudança do Clima e de Resíduos Sólidos e o Plano Brasil Maior, este último voltado para a inovação e produção industrial. O PPCS pretende auxiliar a adesão do consumidor ao conceito de consumo sustentável e induzir práticas produtivas responsáveis com o ambiente. Entre os temas tratados no plano estão educação para o consumo sustentável, varejo e consumo sustentável, aumento da reciclagem, compras públicas sustentáveis, construções sustentáveis e uma Agenda Ambiental na Administração Pública (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Quanto aos resíduos sólidos, há instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2010), que tem como princípios a prevenção e a precaução, o

desenvolvimento sustentável e uma visão sistêmica, que considere a esfera ambiental, mas também a social, a cultural, econômica, tecnológica, entre outras, assim como ocorre no caso da reciclagem, que agrega a questão ambiental, social, econômica e tecnológica (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Gráfico 37 - Proporção de material reciclado em atividades industriais selecionadas - Brasil - 1993-2012



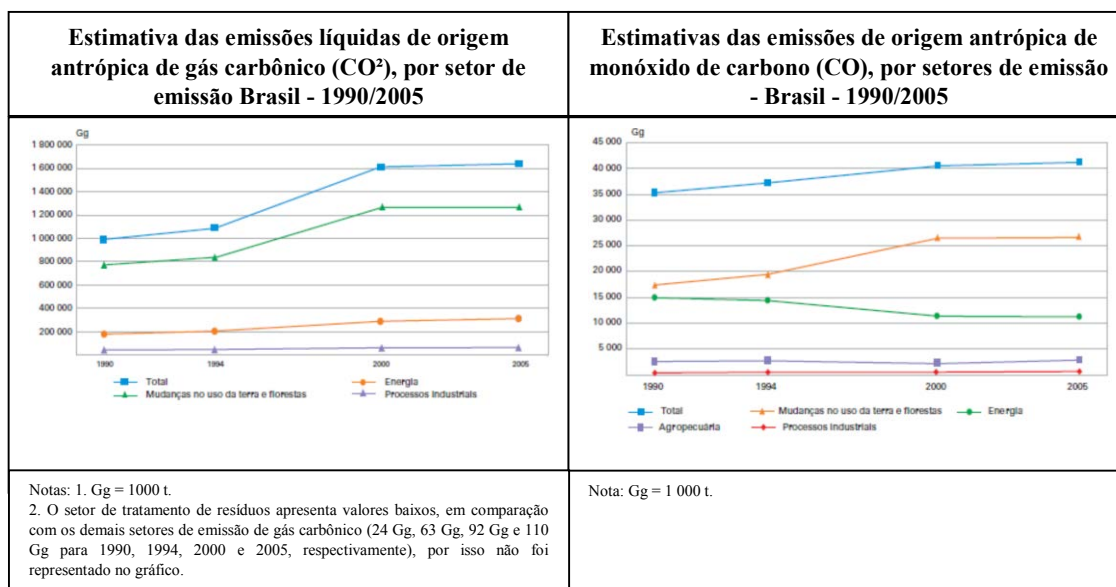
Fonte: IBGE, 2015.

O gráfico 37 indica que está ocorrendo um aumento da porcentagem de material reciclado para várias atividades industriais, principalmente em relação à reciclagem de latas de alumínio.

3.3.13 Combate às mudanças climáticas

Em relação às metas referentes a este objetivo, considerou-se mais aconselhável identificar indicadores brasileiros qualitativos. Ocorre neste caso, a intersecção entre o ODS referente à mudança global do clima e os demais, o que ressalta o caráter transversal do tema, uma vez que os efeitos adversos do fenômeno dão origem a problemas associados à agenda dos outros ODS ou os intensificam. Caso esses efeitos adversos se intensifiquem, eles poderão anular os esforços para a promoção do desenvolvimento em outras áreas, o que deixa, portanto, evidente a importância do combate à mudança do clima (PROGRAMA..., 2015).

Gráfico 38 – Estimativas das emissões líquidas de origem antrópica de gás carbônico e de monóxido de carbono



Fonte: IBGE, 2015.

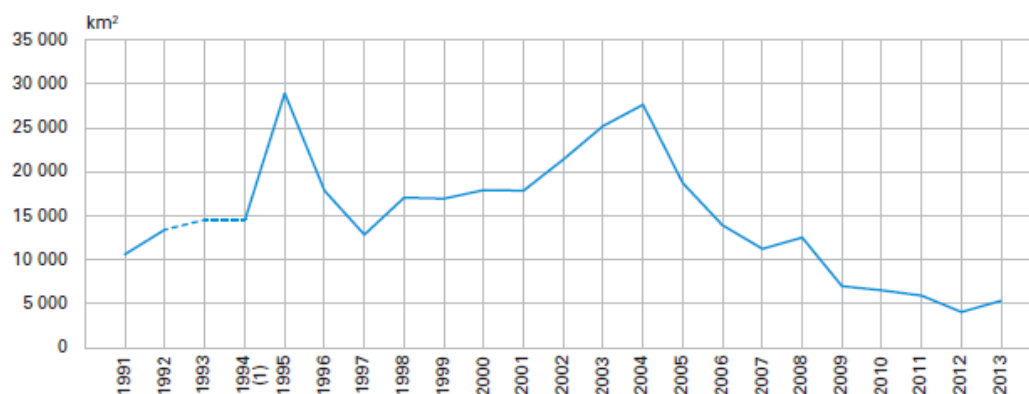
O gráfico 38 revela que tanto as emissões de CO₂ quanto de CO aumentaram de maneira geral em vários setores até o ano 2000, exceção feita para a emissão de CO que diminuiu no setor de energia. Entretanto, ocorre que para ambos estes gases do efeito estufa, a partir deste ano até 2006, houve uma certa estabilização em seus patamares de emissão.

Para o enfrentamento do problema, no ano de 2009 foi instituída a Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC), por meio da Lei nº 12.187, de 2009. A norma oficializa o compromisso do Brasil junto à ONU de reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2020. A governança da PNMC cabe ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) e seu Grupo Executivo (GEx), instituídos pelo Decreto presidencial nº 6.263, de 2007. Segundo o Ministério de Meio Ambiente, os instrumentos para a execução da Política são, entre outros: o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Comunicação do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Também está em vigor a Estratégia Brasileira de REDD+, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e voltada para a redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Entre 2004 e 2011, as emissões de gás carbônico (CO₂), um dos principais gases de efeito estufa, caíram 84,4% no setor de mudança do uso da terra e florestas. Isso ocorreu em consequência da queda do desflorestamento na Amazônia, que mostrou tendência de queda entre 2005 e 2013, atingindo o nível mais baixo em 2012 (4.571 km²) (ECO BRASÍLIA, 2015), como pode ser constatado no gráfico 39.

Gráfico 39 - Desflorestamento bruto anual na Amazônia Legal, em 01.08 - 1991/2013



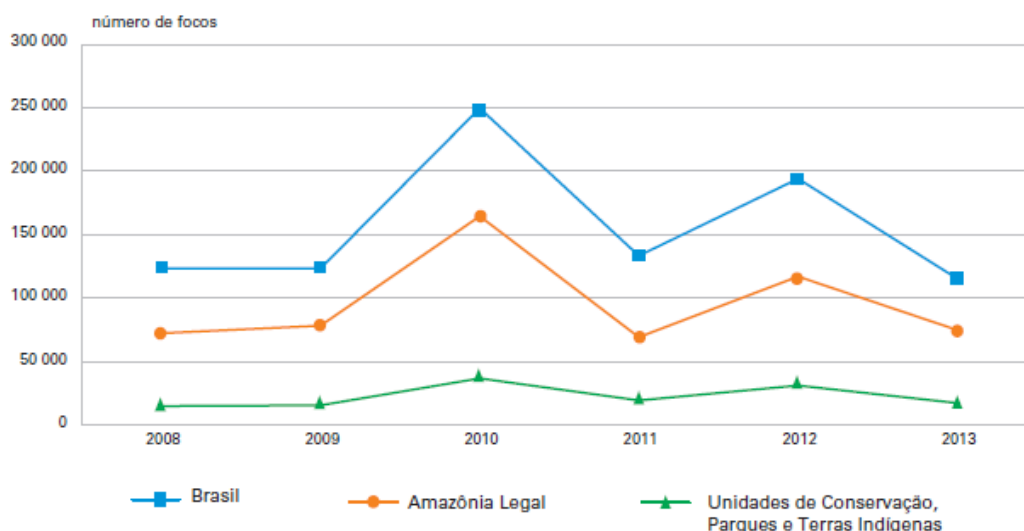
(1) Dados referentes ao período entre agosto de 1992 e agosto de 1994 (taxa para 2 anos).

Nota: Não houve informação para o ano de 1993.

Fonte: IBGE, 2015.

No período de 2008 a 2013, o ano de 2013 apresentou o menor número de queimadas e incêndios, com 115.184 focos, enquanto em 2010, o ano com o maior valor, haviam sido 249.274 focos (ECO BRASÍLIA, 2015), conforme dados representados no gráfico 40.

Gráfico 40 - Focos de calor no Brasil, na Amazônia Legal e em Unidades de Conservação, Parques e Terras Indígenas - 2008-2013



Notas: 1. Dados de focos de calor obtidos pelo satélite AQUA M-T.

2. Os focos apresentados como sem informação ou indeterminado não foram computados no indicador. Queimadas: monitoramento de focos. Cachoeira Paulista: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC, [2014].
Fonte: IBGE, 2015.

Os incêndios se concentram em algumas regiões, sendo que a mais extensa e recorrente corresponde ao denominado Arco do Desflorestamento, que abrange o sul e o leste da Amazônia Legal (ECO BRASÍLIA, 2015):

Figura 1 - Mapa - Densidade de focos de calor - 2013



Queimadas: monitoramento de focos. Cachoeira Paulista: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC, [2014].
Fonte: IBGE, 2015.

3.3.14 Vida debaixo da água

O Brasil é um país com mais de 8.500 km de extensão costeira e apresenta nessa região rica biodiversidade marinha e riquezas naturais que contrastam com cenários de áreas densamente povoadas resultantes de processos de ocupação desordenada. Considerando a necessidade de equilibrar as demandas de desenvolvimento com a necessidade de proteger os ecossistemas na costa brasileira, uma questão importante para o país é a necessidade de desenvolver e implementar um plano de gestão e monitoramento integrado que promova a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais desses ecossistemas (PROGRAMA..., 2015).

A Constituição Federal de 1988 estabelece que as praias marítimas e seus recursos naturais são bens da União, assim como terrenos de marinha, o mar territorial, praias fluviais, entre outros. Assim, as atribuições deste ODS estão muito mais focadas no governo federal. Mesmo assim, não é simples encontrar ações da União em andamento voltadas para os oceanos (THE GLOBAL GOALS, 2017).

O Brasil possui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, instituída pela Lei nº 11.959, de 2009. Entre seus objetivos estão promover o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura, ordenar e fiscalizar as atividades econômicas, preservar e recuperar ambientes aquáticos e promover desenvolvimento socioeconômico (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Segundo a organização não governamental WWF-Brasil, a costa brasileira tem 10,8 km de extensão, percorre 395 municípios e 17 estados. Há cerca de 3 mil km de recifes de corais e 12% dos manguezais do mundo estão aqui. Por isso, a organização lançou, em 2015, o Programa Marinho, que pretende contribuir para a compreensão de impactos da sobrepesca, do turismo e da poluição. De acordo com a WWF-Brasil, um relatório sobre a atual situação dos oceanos, divulgado pela *Ocean Healthy Index*, aponta desempenho insatisfatório do país em três dos dez itens que compõe o Índice de Saúde do Oceano: produtos naturais (não utilização de seus recursos de maneira apropriada); turismo e recreação (falta de infraestrutura); e provisão de alimentos (desenvolvimento da pesca artesanal e aquicultura) (THE GLOBAL GOALS, 2017).

O governo federal desenvolveu o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF_ZC), que orienta a atuação da União quanto ao ordenamento ambiental territorial, à conservação e proteção do patrimônio natural e cultural, ao controle e ao monitoramento

de fenômenos, dinâmicas e processos incidentes na costa brasileira (THE GLOBAL GOALS, 2017).

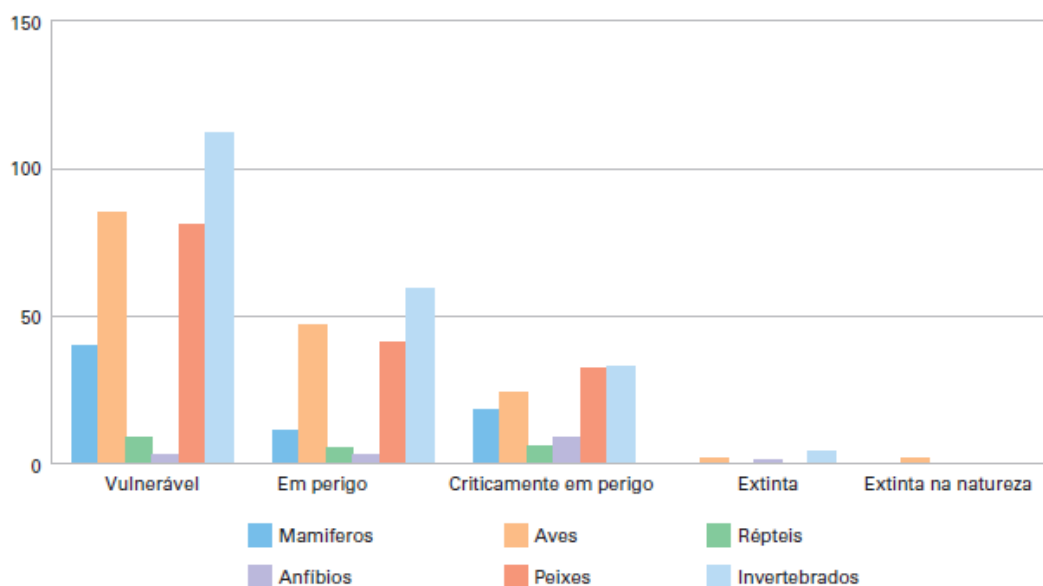
Nos governos locais, a ação de conscientização, principalmente a partir das escolas de educação básica, é uma possibilidade de atuação. A maior parte dos mais de 5.500 municípios brasileiros não tem contato com o mar. Entretanto, a temática pode ser debatida em contextos educacionais (THE GLOBAL GOALS, 2017).

3.3.15 Vida sobre a terra

A formulação deste objetivo envolve uma série de temáticas relacionadas aos ecossistemas terrestres e à biodiversidade (PROGRAMA..., 2015). Considerando-se o conjunto de metas foram escolhidos para análise alguns indicadores relacionados a espécies extintas e ameaçadas de extinção, assim como relacionados ao uso de agrotóxicos.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) possui Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, no Cerrado e na Caatinga. Também está em vigor, na mesma pasta, o Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite, realizado em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2016; THE GLOBAL GOALS, 2017).

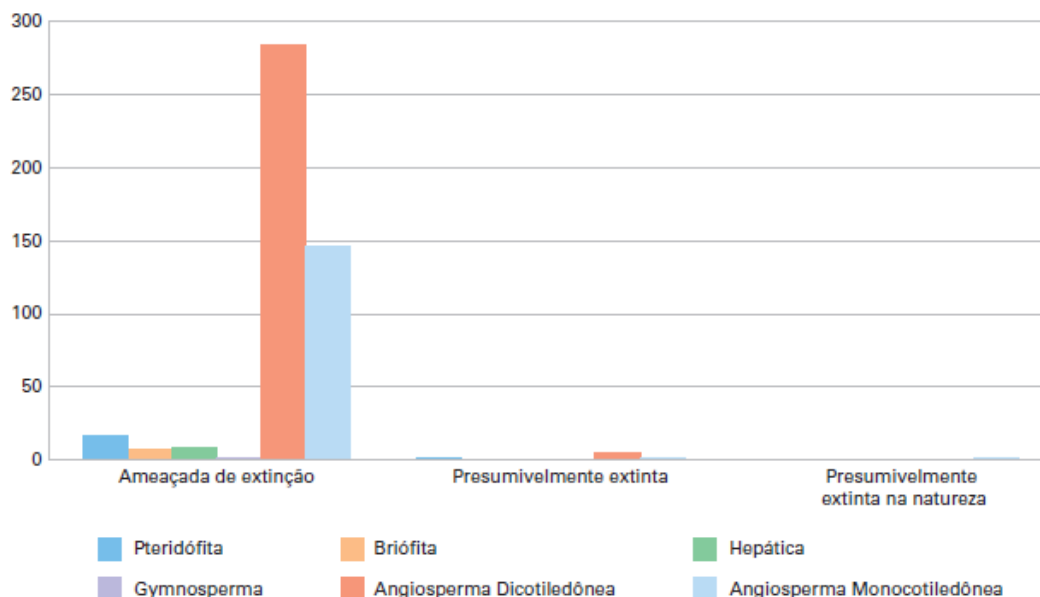
Gráfico 41 - Número de espécies animais terrestres e aquáticas extintas e ameaçadas de extinção por grupos taxonômicos, segundo as categorias de risco - Brasil - 2006



Fonte: IBGE, 2015.

No gráfico 41 pode-se observar a situação de vulnerabilidade de alguns grupos animais, sendo o dos invertebrados o que corre maior risco de extinção.

Gráfico 42 - Número de espécies vegetais extintas e ameaçadas de extinção por grupos taxonômicos, segundo as categorias de risco - Brasil - 2008



Fonte: IBGE, 2015.

Para o caso de espécies vegetais, o gráfico 42 mostra um enorme risco de extinção para o grupo Angiosperma Dicotiledônea.

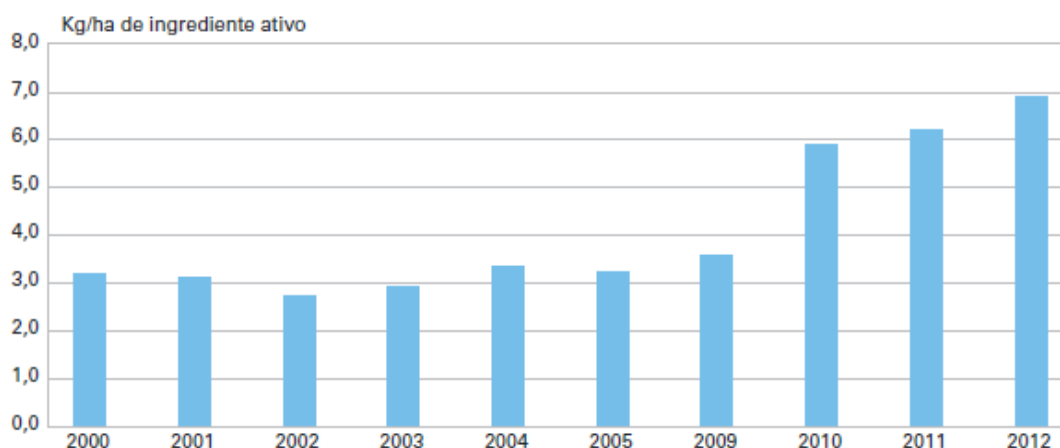
Para tratar do assunto, o Brasil conta com diretrizes em uma Política Nacional de Biodiversidade (PNB) e com um Plano de Implementação da Política (PAN-Bio). O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), por sua vez, identifica ações prioritárias, estimula subprojetos que promovam parcerias entre os setores públicos e privados, gerando e divulgando informações e conhecimentos na temática da biodiversidade (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Quanto à integração da biodiversidade ao desenvolvimento sustentável, há iniciativas em andamento, como o projeto A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB Regional-Local), que visa identificar e ressaltar os benefícios da conservação e do uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos no país, bem como avaliar os custos de sua perda (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Em relação ao uso de agrotóxicos, no Brasil a intensidade de seu uso mais que dobrou entre 2000 e 2012. Em 2002, ano de menor uso da série, a comercialização do produto era de 2,7 kg por hectare, enquanto em 2012 foi de 6,9 kg/ha. Os produtos

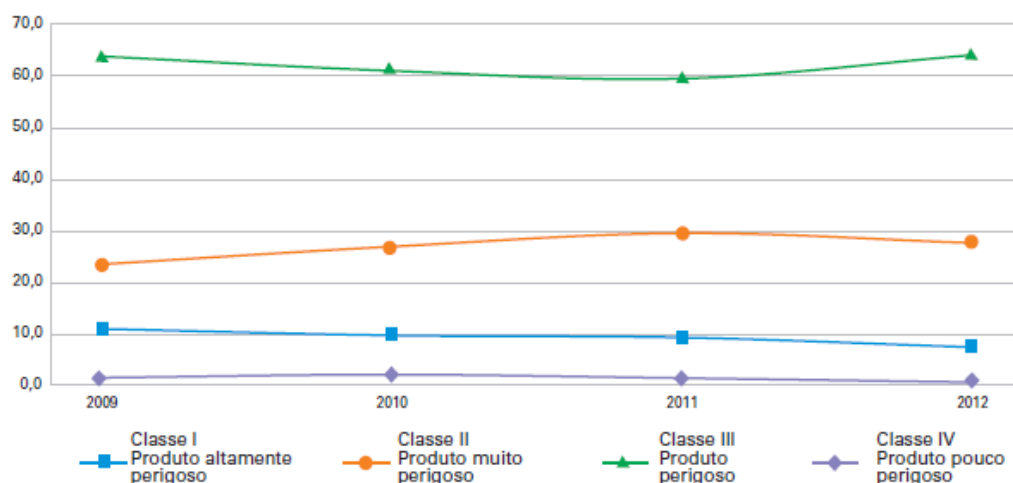
considerados perigosos (medianamente) foram os mais representativos no período entre 2009 e 2012, respondendo por 64,1% dos itens comercializados em 2012 (ECO BRASÍLIA, 2015), conforme demonstrado no gráfico 43.

Gráfico 43 - Comercialização anual de agrotóxicos e afins, por área plantada Brasil - 2000/2012



1. Relatório de consumo de ingredientes ativos de agrotóxicos e afins no Brasil 2000-2005. Brasília, DF: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, 2001-2006.
 2. Levantamento sistemático da produção agrícola: pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas no ano civil 2000-2005. Rio de Janeiro: IBGE, v. 12-17, 2000-2006.
 3. Produção agrícola municipal 2009-2012.
- Fonte: IBGE, 2015.

Gráfico 44 - Proporção de agrotóxicos comercializados, por classes de periculosidade ambiental - Brasil - 2009-2012



Fonte: IBGE, 2015.

Através da interpretação das informações contidas no gráfico 44, fica evidente o grande uso de agrotóxicos perigosos (Classe III) em comparação ao pequeno uso de produtos pouco perigosos (Classe IV).

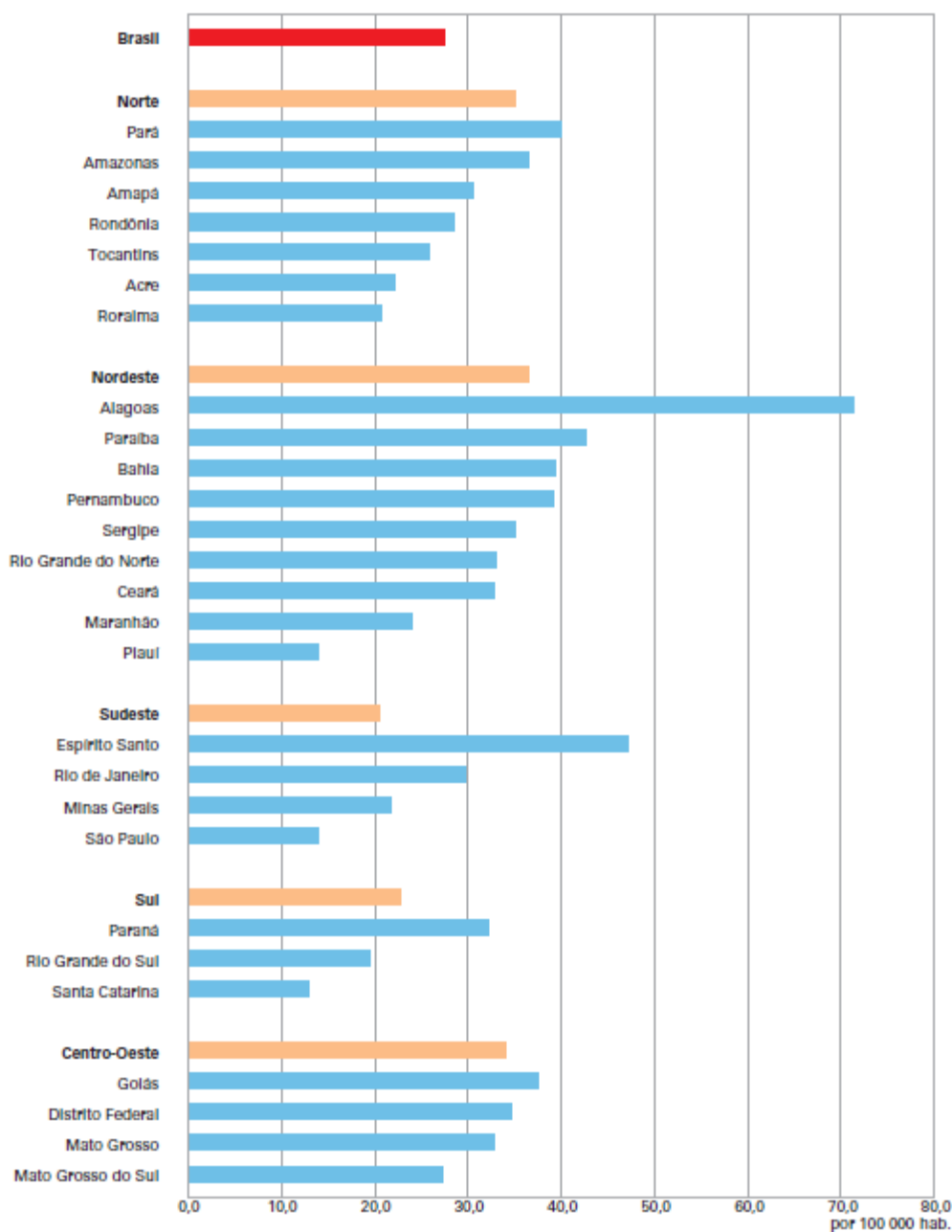
3.3.16 Paz e justiça

As diversas metas deste objetivo contemplam temas variados, como promoção da paz, acesso à justiça, combate à violência e à corrupção, instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, indispensáveis ao desenvolvimento sustentável (PROGRAMA..., 2015).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem uma série de programas voltados para ampliar o acesso à justiça e reduzir a violência, inclusive em temas específicos, como tráfico de pessoas ou violência contra a mulher (THE GLOBAL GOALS, 2017).

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), da qual o CNJ também é parte, foi constituída em 2010 para planejar e implementar a coordenação de ações e metas nas áreas de justiça e segurança pública, em âmbito nacional, que exijam esforços articulados. Entre suas metas, estão, por exemplo, acabar com a subnotificação dos crimes de homicídio (THE GLOBAL GOALS, 2017). No gráfico 45 são apresentados alguns dados a respeito deste objetivo.

Gráfico 45 - Coeficiente de mortalidade por homicídios, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2011



Fonte: IBGE, 2015.

No gráfico 45 é mostrado que estados como Alagoas e Espírito Santo apresentam os maiores coeficientes de mortalidade por homicídios.

Já o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) oferece dados integrados de segurança e violência para todo o país. Há possibilidade de consultas estatísticas sobre drogas, segurança pública, justiça criminal, sistema prisional, entre outras. O Sinesp pretende subsidiar diagnósticos de criminalidade, formulação e avaliação

de políticas de segurança pública e promover a integração nacional de informações de forma padronizada (THE GLOBAL GOALS, 2017).

O Ministério da Justiça, por sua vez, tem a atribuição de planejar e executar políticas públicas de combate à lavagem de dinheiro e à corrupção no Brasil. Entre as ações executadas estão a coordenação do processo de recuperação de ativos enviados para o exterior, por intermédio da Cooperação Jurídica Internacional; a gestão da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA); a coordenação da Rede de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) e o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) (THE GLOBAL GOALS, 2017).

A busca pelo aprimoramento da integridade e da prevenção à corrupção na administração pública são alvos de ações da Controladoria Geral da União (CGU). O país foi o primeiro a passar por uma avaliação internacional sobre seu sistema de integridade da administração pública federal e novas metodologias vêm sendo desenvolvidas (THE GLOBAL GOALS, 2017).

Por fim, assegurando o debate democrático, há o decreto que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) – Decreto nº 8.243, de 2014. E para o acesso aos dados do Estado brasileiro há a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 2011 (THE GLOBAL GOALS, 2017).

3.3.17 Parcerias pelas metas

Este objetivo de grande importância para o sucesso de toda a iniciativa dos ODS busca fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Ele guia a produção de condições financeiras e operacionais complementares aos Estados menos desenvolvidos para que alcancem as metas, respeitando os limites sociais, econômicos e ambientais de cada sociedade e do globo. Para tanto, elencam-se algumas áreas consideradas estratégicas para poder alavancar as capacidades estatais na promoção do desenvolvimento social e econômico, como no fortalecimento da parceria dos países mais desenvolvidos com os menos desenvolvidos, no reconhecimento da tecnologia para o crescimento econômico nacional e global, no compartilhamento de experiências bem-sucedidas e na capacitação de pessoal, na democratização dos espaços voltados para o comércio, na coordenação de políticas econômicas nacionais, no fortalecimento das alianças nas esferas locais, nacionais e

internacionais e na disponibilidade de dados para tornar transparentes os processos de monitoramento e avaliação da Agenda 2030 (LIMA, 2016).

No tocante aos dados, monitoramento e prestação de contas, o Brasil assumiu em 2016 a presidência da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas, tendo como primeira missão a elaboração de indicadores de sustentabilidade. Isso demonstra o comprometimento do país com a agenda internacional e o livre acesso à informação, ratificado pela Lei de Acesso à Informação (LIMA, 2016).

4. Considerações finais

Diante do exposto, fica evidente a grande abrangência e ambição dos ODS para a construção de um mundo melhor.

O Brasil foi protagonista de todas as sessões de negociação. O país se destaca em metas de redução do desmatamento e políticas de segurança alimentar. Outras metas, como as ligadas à área da saúde, estão em um patamar um pouco mais distante.

É evidente que os ODS foram concebidos em uma situação pensada de forma otimista e até certo ponto utópica, em uma condição de “o melhor dos mundos”. No caso do Brasil, que neste momento está passando por uma crise política e econômica como nunca antes vista, vale lembrar que até agora pouco foi feito, na prática, para se introduzir a Agenda 2030 no planejamento público, apesar dos esforços da sociedade civil organizada, da insistência das agências das Nações Unidas e de algumas instâncias do Estado brasileiro comprometidas com esta agenda de desenvolvimento.

De fato, ao invés de priorizar o mapa de ações básicas oferecido pelos ODS, o Brasil optou por uma receita de austeridade, através da aprovação da PEC 241/55* e provável aprovação de uma reforma na previdência, cuja implementação exige e alimenta a redução de direitos, a apropriação de bens públicos e a desconsideração pelo desenvolvimento humano e ambiental.

Privatizar não é uma ação nova no Brasil, mas o foco e a escala das privatizações anunciadas, aliadas à flexibilização de leis trabalhistas, aumento de idade para aposentadoria, redução de investimento em saúde e educação, por exemplo, são antagônicos aos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro.

O governo poderia, por exemplo, promover a reforma tributária visando a progressividade fiscal, inclusive, como demandado pela sociedade civil, utilizar arrecadações de tributos sobre transações financeiras para fomentar políticas de desenvolvimento sustentável, desonerando alimentos e o trabalho e tributando grandes

* Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; sendo que cada um dos limites equivalerá: I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Determina que não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos: I - transferências constitucionais; II - créditos extraordinários III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

fortunas. São muitos os caminhos alternativos aos cortes e ao crescente endividamento público, mas estes, obviamente, não interessam a setores aliados ao governo.

O conjunto da Agenda 2030 para os próximos 14 anos, que inclui também o Acordo de Paris sobre o Clima, exige mudanças de paradigmas na gestão pública, de tal forma que os acordos internacionais assinados pelo Brasil passem a ser compromissos traduzidos em políticas, serviços e alocação de recursos que beneficiem o conjunto da população brasileira.

Por fim, como demonstram os índices relacionados à pobreza, o Brasil caminhou a passos largos para cumprir as metas e aumentar a qualidade de vida da população abaixo da linha de pobreza. No entanto, enfrenta ainda dificuldades relacionadas à promoção de justiça e igualdade entre gênero. Ainda, a crise econômica, o ajuste fiscal e desastres ambientais são obstáculos a serem vencidos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. Planejando o decrescimento demo-econômico. **Ecodebate**, Rio de Janeiro, n.1849, 5 jun. 2013. Disponível em:
< <https://www.ecodebate.com.br/2013/06/05/planejando-o-decrescimento-demo-econômico-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 27 out. 2016.
- ALVES, J. E. D. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): boa intenção, grande ilusão. **Ecodebate**, Rio de Janeiro, n. 2.263, 11 mar. 2015. Disponível em:
< <http://www.ecodebate.com.br/2015/03/11/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods-boja-intencao-grande-ilusao-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 26 out. 2016. Não paginado.
- ARRUDA FILHO, N. P. **Um ano do lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:
<<http://www.isaebrasil.com.br/um-ano-do-lancamento-dos-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 3 jan. 2017.
- CARVALHO, P. G. M.; BARCELLOS, F. C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v.5, n.3, p. 222-244, set./dez. 2014. Disponível em:
<<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/11176/8976>>. Acesso em: 3 jan. 2017.
- ECO BRASÍLIA. **IBGE divulga Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2015**. Brasília, 19 jun. 2015. Disponível em:
<<http://www.ecobrasilia.com.br/2015/06/19/ibge-divulga-indicadores-de-desenvolvimento-sustentavel-2015/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Brasil, 2015. Disponível em:
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2017.
- LIMA, J. A. S. Objetivo de desenvolvimento sustentável nº 17: parcerias pelas metas. **CEIRI Newspaper**, 17 maio 2016. Disponível em:
<<http://www.jornal.ceiri.com.br/pt/objetivo-de-desenvolvimento-sustentavel-no-17-parcerias-pelas-metas12/>>. Acesso em: 6 jan. 2017.
- NEGOCIAÇÕES da agenda de desenvolvimento pós-2015: elementos orientadores da posição brasileira. 9 set. 2014. p.1-30. Disponível em:
<www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.
- ONU BR. **ONU e IBGE realizam coletiva de imprensa em Brasília sobre indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:
<<https://nacoesunidas.org/onu-e-ibge-realizam-coletiva-de-imprensa-em-brasilia-sobre-indicadores-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

ONU BR. **Brasil avança no cumprimento das metas de desenvolvimento da ONU.**

Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/brasil-avanca-no-cumprimento-das-metas-de-desenvolvimento-da-onu/>>. Acesso em: 3 jan. 2017a.

ONU BR. **Novo relatório da ONU avalia implementação mundial dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).**

Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/novo-relatorio-da-onu-avalia-implementacao-mundial-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-odm/>>. Acesso em: 3 jan. 2017b.

PESSINI, L. **Sustentabilidade: o caminho da dignidade até 2030.** 14 ago. 2015.

Disponível em:

<<http://www.a12.com/artigos/detalhes/sustentabilidade-o-caminho-da-dignidade-ate-2030>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

PIETRICOVSKY, I. **Caminhos percorridos da Rio 92 à Pós-2015.** 10 set. 2014.

Disponível em:

<<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/caminhos-percorridos-da-rio-92-a-pos-2015-por-iara-pietricovsku>>. Acesso em: 3 jan. 2017. Não paginado.

PORTAL BRASIL. **Cidadania e justiça: Brasil lidera construção de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 27 abr. 2016. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/brasil-lidera-construcao-de-indicadores-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel#wrapper>>.

Acesso em: 21 nov. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNUD].

Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: subsídios iniciais do sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/publicacao/610/acompanhando-a-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO [PNUD]. **No primeiro ano de vigência da Agenda 2030, Brasil avançou na implementação dos Objetivos Globais.** 21 dez. 2016. Disponível em:

<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2016/12/21/no-primeiro-ano-de-vigencia-da-agenda-2030-brasil-avan-ou-na-implementa-o-dos-objetivos-globais/>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

SCHREIBER, M. Brasil lidera racha polêmico sobre novos objetivos do milênio da ONU. **BBC Brasil**, Londres, 27 jun. 2014. Disponível em:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140627_objetivos_onu_ms. Acesso em: 21 nov. 2016. Não paginado.

THE GLOBAL GOALS. **The global goals.** Disponível em: <<http://mottai.com.br/my-product/the-global-goals/>>. Acesso em: 6 jan. 2017. Não paginado.